

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ROBERTO LEANDRO DE SOUZA

FUNDOS DE INVESTIMENTOS DO BESC S/A

FLORIANÓPOLIS
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ROBERTO LEANDRO DE SOUZA

FUNDOS DE INVESTIMENTOS DO BESC S/A

Trabalho de conclusão do Curso de Administração apresentado para a disciplina Estágio Supervisionado (CAD 5236) sob orientação do professor Gilberto de Oliveira Moritz.

FLORIANÓPOLIS
2005

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho foi necessária a colaboração de diversas pessoas a quem gostaria de agradecer neste momento.

Agradeço a toda minha família, minha mãe, meus dois irmãos e minha irmã, pelo apoio e compreensão durante todo este período de construção do trabalho.

Aos funcionários do Besc, onde pude contar com a ajuda de todos nos esclarecimentos necessários ao trabalho, com muita prontidão e atenção.

Aos colegas de universidade, onde o convívio de tanto tempo nos fez agregar muito conhecimentos que serão levados por toda a vida. Dentre estes um agradecimento especial à Ana Paula e ao Marcos pela amizade de levaremos por toda a vida.

Ao professor e orientador, Gilberto de Oliveira Moritz, pela condução deste trabalho com idéias e soluções para sua forma final.

E um agradecimento especial à Eliane, minha eterna companheira e namorada, que me ajudou durante toda a elaboração deste trabalho, e esteve presente nas horas boas e nas horas de desânimo, não me deixando desistir. É a ela que dedico o sucesso deste trabalho.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: saldo fundo besc institucional 2004.....	56
Gráfico 2: rentabilidade fundo besc institucional 2003	57
Gráfico 3: rentabilidade fundo besc institucional 2004	58
Gráfico 4: saldo fundo besc Prime 2003	60
Gráfico 5: saldo fundo besc Prime 2004	60
Gráfico 6: rentabilidade fundo besc Prime 2003.....	61
Gráfico 7: rentabilidade fundo besc Prime 2004.....	61
Gráfico 8: saldo fundo besc Prático 2004	63
Gráfico 9: rentabilidade fundo besc prático 2004	64
Gráfico 10: saldo fundo besc FIX 2003	65
Gráfico 11: saldo fundo besc FIX 2004	66
Gráfico 12: rentabilidade fundo besc FIX 2003.....	67
Gráfico 13: rentabilidade fundo besc FIX 2004.....	67
Gráfico 14: saldo fundo besc FBI 2003	68
Gráfico 15: saldo fundo besc FBI 2004	69
Gráfico 16: rentabilidade fundo besc FBI 2003	70
Gráfico 17: rentabilidade fundo bescFBI 2004.....	70
Gráfico 18: saldo fundo besc capital 2003	72
Gráfico 19: saldo fundo besc capital 2004.....	72
Gráfico 20: rentabilidade fundo besc capital 2003.....	73
Gráfico 21: rentabilidade fundo besc capital 2004.....	73
Gráfico 22: saldo fundo besc FLD 2003	75
Gráfico 23: saldo fundo besc FLD 2004.....	76

Gráfico 24: rentabilidade fundo besc FLD 2003.....	77
Gráfico 25: rentabilidade fundo besc FLD 2004.....	77
Gráfico 26: saldo fundo besc FBA 2003.....	79
Gráfico 27: saldo fundo besc FBA 2004.....	79
Gráfico 28: rentabilidade fundo besc FBA 2003	80
Gráfico 29: rentabilidade fundo besc FBA 2004	81
Gráfico 30: saldo fundo besc MIX FCL 2003	82
Gráfico 31: saldo fundo besc MIX FCL 2004	83
Gráfico 32: rentabilidade fundo besc MX FCL 2003	84
Gráfico 33: rentabilidade fundo besc MIX FCL 2004.....	84
Gráfico 34: saldo fundo besc dívida pública 2003.....	86
Gráfico 35: saldo fundo besc dívida pública 2004.....	86
Gráfico 36: rentabilidade Fundo Besc Divida Publica 2003.....	87
Gráfico 37: rentabilidade Fundo Besc Divida Publica 2004.....	87

LISTA DE ABREVIATURAS

BACEN.....	Banco Central do Brasil
BC.....	Banco Central do Brasil
BNDES.....	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDB.....	Certificado de Depósito Bancário
CEF.....	Caixa Econômica Federal
CMN.....	Conselho Monetário Nacional
CPMF.....	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CVM.....	Comissão de Valores Mobiliários
FAC.....	Fundo de Aplicação em Cotas
FGTS.....	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIEX.....	Fundo de Investimentos no Exterior
FIF.....	Fundo de Investimento Financeiro
FMI.....	Fundo Monetário Internacional
IGPM.....	Índice Geral de Preço ao Consumidor
IOF.....	Imposto sobre operações financeiras
RDB.....	Recibo de Depósito Bancário
S.A.....	Sociedade Anônima
TR.....	Taxa Referencial

SUMÁRIO

RESUMO	10
ABSTRACT	11
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	12
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 JUSTIFICATIVA	15
2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL.....	17
2.1.1 Agentes do Sistema	18
2.1.1.1 Conselho Monetário Nacional.....	18
2.1.1.2 Banco Central do Brasil	19
2.1.1.3 Comissão de Valores Mobiliários	20
2.1.1.4 Outros agentes.....	21
2.1.2 Instituições Financeiras Monetárias	22
2.1.2.1 bancos comerciais	23
2.1.2.2 cooperativas de crédito.....	23
2.1.2.3 bancos cooperativos	24
2.1.3 Instituições Financeiras Não Monetárias	24
2.1.3.1 bancos de desenvolvimento.....	25
2.1.3.2 bancos de investimento	25
2.1.3.3 financeiras	26
2.1.4 Instituições Auxiliares.....	26

2.1.5 Bancos Múltiplos.....	27
2.2 OS SERVIÇOS E PRODUTOS BANCÁRIOS.....	28
2.2.1 Caderneta de Poupança	29
2.2.2 Fundos de Investimentos.....	31
2.2.2.1 fundos de renda fixa.....	39
2.2.2.2 fundos de renda variável	41
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	46
3.1 NATUREZA DA PESQUISA	46
3.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	49
4. O BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	51
4.1 HISTÓRICO.....	51
4.2 O BESC FRENTE AO AMBIENTE EXTERNO.....	54
4.3 FUNDOS DE INVESTIMENTOS OFERECIDOS PELO BESC.....	55
4.3.1 Fundo Besc Institucional.....	55
4.3.2 Fundo Besc Prime	58
4.3.3 Fundo Besc Prático.....	62
4.3.4 Fundo Besc Fix.....	64
4.3.5 Fundo Besc FBI.....	67
4.3.6 Fundo Besc Capital	70
4.3.7 Fundo Besc FLD	74
4.3.8 Fundo Besc FBA	78
4.3.9 Fundo Besc Mix FCL.....	81
4.3.10 Fundo Besc Dívida Pública – FAE	85
4.4 TRIBUTAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS.....	88
4.5 PERFIL DOS CLIENTES.....	89

4.6 IMPORTÂNCIA DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS PARA O BESC	90
4.7 A CADERNETA DE POUPANÇA.....	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS	97

ROBETO LEANDRO DE SOUZA

FUNDOS DE INVESTIMENTOS DO BESC S/A

Este Trabalho de Conclusão de Estágio foi julgado adequado e aprovado em sua forma final pela Coordenadoria de Estágio do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

16 de junho de 2005

BANCA EXAMINADORA

Prof. Gilberto de Oliveira Moritz
(Orientador)

Prof. Annelise da Cruz Serafim Zílio, Msc

Prof. Beatriz Maria Cambraia Rocca, Msc

Florianópolis

2005

RESUMO

SOUZA, Roberto Leandro de. *Fundos de investimentos do Besc S/A*. 98 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências da Administração. Universidade Federal de Santa Catarina.

O trabalho em questão trata de um estudo sobre os fundos de investimentos existentes no mercado financeiro brasileiro, utilizando o estudo de caso do Banco do Estado de Santa Catarina S/A. Será analisado o nível de utilização destes fundos de investimentos pelos clientes do banco. A pesquisa é classificada como descritiva, apresentando dados sobre saldos médios e rentabilidades de todos os fundos de investimentos oferecidos pelo banco em estudo, bem como as diferenças existentes entre cada um destes fundos. Através de gráficos mostra-se o nível de utilização destes fundos de investimentos pelos clientes Besc da Agência Praça XV de Novembro em Florianópolis. A importância da captação de recursos para o banco através deste serviço é relatada também no presente trabalho. Todo o trabalho sobre a utilização e rentabilidade dos fundos oferecidos pelo Besc é desenvolvido através de uma análise evolutiva no período de 2003 a 2004. Através de uma análise nos saldos de contas caderneta de poupança percebe-se grandes oportunidades da captação de novos investidores em fundos de investimentos para o banco.

Palavras-chave: fundo de investimento; bancos; mercado financeiro.

ABSTRACT

SOUZA, Roberto Leandro de. *Fundos de investimentos do Besc S/A*. 98 pages. Course Conclusion Work in Management. Universidade Federal de Santa Catarina.

The present work is a study about the investments finance in the Brazilian financial market, using the case of “Banco do Estado de Santa Catarina S/A”. This is a descriptive research, with dice about average balances and use of all investments finance that the bank in study offer, and the difference between each investments finance offer by the bank. The graphics shows the investments finance use by the clients of Besc in the “Praça XV de Novembro” agency in Florianópolis. The importance of riches captivate to the bank with this service is mention in this work too. All this work about use and rentability of investments finance offer by the Besc is developed through a analyze in the years 2003 and 2004.

Key Words: investment finance; banks; financial market.

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

O mercado financeiro no Brasil vem passando por um grande avanço nos últimos anos. A entrada de novas empresas no mercado de ações, a criação de novas formas de investimentos, e o apoio do governo fazem com que o mercado financeiro no Brasil se desenvolva cada vez mais rápido. Aliado à estes fatos tem-se a estabilização da economia brasileira, iniciada com a criação, em 1994, do plano Real e o conseqüente controle da inflação. Neste ambiente, os bancos e outras instituições financeiras criam cada vez mais produtos para o consumidor aplicar seu dinheiro excedente.

Apesar de todo o desenvolvimento do mercado financeiro, a população no Brasil não teve uma evolução comparável em termos econômico-financeiro, sendo assim a maior parte da população tem cada vez mais dificuldades em poupar algum dinheiro sobressalente. A população do Brasil em sua maioria ainda pertence às classes sociais baixa e média, no entanto a popularização dos fundos de investimentos proporcionada pelos bancos faz com que pessoas com baixa renda também invistam seu dinheiro em algum fundo de investimento, tendo com isso opções de investimentos variadas e não somente a tradicional caderneta de poupança.

Por muito tempo a caderneta de poupança era o único meio do cidadão de baixa renda poder investir seu dinheiro. Mesmo com a criação de outros tipos de fundos de investimentos o consumidor não migrou seu dinheiro para outras aplicações que pudessem proporcionar uma melhor rentabilidade. Isto se deve ao fato do não conhecimento por parte do consumidor dos regulamentos destes novos fundos, e mesmo a aversão à mudança, inerente à qualquer

pessoa. O consumidor, com pouco dinheiro disponível, não quer arriscar o que tem em algo que ele ainda não conhece.

Os bancos possuem diversas opções de investimentos, e muitas com aporte inicial de dinheiro num valor muito baixo, podendo o cliente de baixa renda participar destes investimentos, que trarão um retorno maior que o da tradicional caderneta de poupança. No entanto, as pessoas que se beneficiam destes fundos de investimentos são pessoas jurídicas e pessoas físicas com um maior grau de instrução, geralmente pertencentes às classes sociais mais elevadas na sociedade. À estas pessoas alguns bancos disponibilizam uma assessoria para os investimentos, ou mesmo a divulgação destes fundos pela internet, onde muitos clientes ainda não tem acesso.

Cada fundo de investimento oferecido pelas instituições financeiras possui características distintas entre si, gerando assim uma imensa quantidade de fundos para o cliente fazer sua opção. O cliente poderá optar entre fundos de renda fixa ou de renda variável, e dentro destas classificações ainda encontrará outros tipos de fundos para sua escolha. É a escolha do melhor fundo, feita de acordo com características pessoais do investidor, que poderá garantir a maximização do retorno sobre o capital aplicado.

No Estado de Santa Catarina estão presentes muitas instituições que oferecem estes fundos de investimentos para o investidor. Uma dessas é o Banco do Estado de Santa Catarina S.A., que assim como todos os outros, oferecem fundos de investimentos para seus clientes. Uma de suas principais agências está localizada em Florianópolis, na Praça XV de Novembro.

Dentro deste contexto, analisando a realidade destes produtos no mercado financeiro e estudando sua popularidade, percebe-se a possibilidade do trabalho, definindo o seguinte problema de pesquisa:

Levando em consideração os anos de 2003 e 2004, os correntistas do Banco do Estado de Santa Catarina, da Agência Praça XV de Novembro, em Florianópolis, utilizam os fundos de investimentos oferecidos pela instituição como forma de poupar seus recursos financeiros excedentes?

1.2 OBJETIVOS

Com base no problema proposto, relaciona-se a seguir os objetivos almejados pelo trabalho, retratando-os em escopo geral e específico.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a utilização dos fundos de investimentos pelos correntistas do Banco de Estado de Santa Catarina, na agência Praça XV de Novembro, em Florianópolis, como forma de poupar seus recursos financeiros excedentes, considerando o período de 2003 à 2004.

1.2.2 Objetivos Específicos

Como decorrência do objetivo geral tem-se como objetivos específicos:

- a) Identificar os diversos tipos de fundos de investimentos oferecidos pelo Banco do Estado de Santa Catarina;
- b) Examinar o perfil sócio econômico dos investidores destes fundos, com base em uma amostragem sobre a carteira de clientes;
- c) Analisar comparativamente os fundos de investimentos com a caderneta de poupança através do nível de utilização dos mesmos;

- d) Verificar a importância da captação de recursos através dos fundos de investimentos para o desenvolvimento do banco;
- e) Sugerir, com base no trabalho apresentado, uma melhor divulgação dos fundos de investimentos aos correntistas do Banco.

1.3 JUSTIFICATIVA

Os bancos comerciais brasileiros oferecem cada vez mais à seus clientes opções para investimentos. Muitos são os fundos de investimentos oferecidos pelos bancos, no entanto grande parte dos clientes não tem conhecimento destes fundos, ou não sabem o modo que funcionam. Os bancos geralmente oferecem ajuda através de pequenas consultorias aos grandes investidores, mais os pequenos investidores são deixados de lado, e muitas vezes optam pela tradicional conta poupança, que remunera o capital investido de forma insignificante.

O presente trabalho pretende contribuir para a ampliação e discussão da temática ao analisar os diferentes tipos de fundos de investimentos oferecidos pelo Banco do Estado de Santa Catarina S.A., identificando o perfil destes investidores e o grau de utilização de cada fundo oferecido pelo banco. A importância do trabalho está ainda na sua possível utilização pelo banco para uma melhor oferta de seus fundos de investimentos e conseqüente aumento de clientes para utilizarem estes serviços. Identificando o perfil dos clientes de cada tipo de fundo, pode-se pensar em formas de oferecer tais fundos de investimentos à clientes que ainda não o possuem, mas que têm suas características comuns aos demais investidores. Será de utilidade também aos clientes, que terão mais um documento detalhado dos tipos de fundos oferecidos pelo banco.

Na definição de um problema de pesquisa é importante que o autor atente aos aspectos da viabilidade de realização do estudo, os quais estão relacionadas aos recursos financeiros necessários, as disponibilidades de informações e aos prazos determinados para execução da pesquisa. O presente trabalho não acarretará em grandes dispêndios financeiros, e quanto à disponibilidade de informações também o mantém viável, visto que o autor possui vínculo empregatício com o banco em questão, tendo acesso às informações necessárias. Em relação aos prazos para a execução do trabalho haverá um cronograma que não implicará no comprometimento da viabilidade do mesmo.

2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NO BRASIL

Até meados da década de 60 o sistema financeiro nacional estava muito defasado e necessitava de uma grande reestruturação. A partir de então algumas leis foram criadas para fortalecer este sistema no Brasil. A lei de correção monetária, segundo Fortuna (2002, p. 13), “instituiu normas para a indexação de débitos fiscais, criou títulos públicos federais com cláusula de correção monetária (ORTN)- destinados a antecipar receitas, cobrir déficits público e promover investimentos”.

Muitas outras leis foram criadas com o intuito de fortalecer o sistema financeiro, pode-se citar a Lei do Plano Nacional de Habitação, em 1964; a Lei da Reforma do Sistema Financeiro Nacional, também em 1964; a Lei do Mercado de Capitais, em 1965; a Lei da CVM, criando a comissões de valores mobiliários, já em 1976; a Lei das Sociedades Anônimas, também em 1976; e a mais recente Nova Lei das Sociedades Anônimas no ano de 2001. Todas estas leis e os esforços dos governos no decorrer deste tempo possibilitou a criação do modelo atual do sistema financeiro nacional.

Pode-se conceituar o sistema financeiro como “um conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores” (FORTUNA, 2002, p.15). É esta relação entre os investidores e os poupadores que geram o crescimento econômico, aumentando tanto o nível de poupança de um país quanto o nível de investimentos.

A estrutura atual do mercado financeiro no Brasil divide as instituições financeiras em dois grandes grupos, sendo estes os intermediários financeiros e as instituições auxiliares.

As primeiras distinguem-se das últimas, basicamente, no seguinte: emitem seus próprios passivos, ou seja, captam poupança diretamente do público por sua própria iniciativa e responsabilidade e, posteriormente, aplicam estes recursos junto às empresas, através de empréstimos e financiamentos. Incluem-se neste segmento os bancos comerciais, de investimento, de desenvolvimento, a caixa econômica, as sociedades de crédito financiamento e investimento e os bancos múltiplos, entre outras(FORTUNA, 2002, p.15).

Em relação às instituições auxiliares, estas colocam em contato direto os investidores e os poupadores, agindo apenas como facilitadoras deste processo. Como grande exemplo destas instituições tem-se a bolsa de valores.

2.1.1 Agentes do Sistema

Para a manutenção plena e para propiciar o desenvolvimento do sistema financeiro nacional este é constituído por várias instituições financeiras públicas e privadas que atuam por meio de diversos instrumentos financeiros na captação de recursos, distribuição e transferência de valores entre os agentes econômicos (ASSAF NETO, 2003).

2.1.1.1 Conselho Monetário Nacional

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional, não desempenhando funções executivas por ser um órgão normativo. Sua missão normativa básica segundo Assaf Neto (2003) é “definir as diretrizes de funcionamento do Sistema Financeiro Nacional e formular toda a política de moeda e crédito da economia, visando atender seus interesses econômicos e sociais”. Segundo Cavalcanti e Misumi (2002) o CMN é constituído pelo ministro da fazenda, sob a figura de presidente, o ministro do planejamento e o presidente do Banco Central. Dentre as principais funções específicas do CMN Fortuna (2002) destaca:

- a) Autorizar as emissões de papel-moeda;

- b) Aprovar os orçamentos monetários preparados pelo BC;
- c) Fixar diretrizes e normas da política cambial;
- d) Disciplinar o crédito em suas modalidades e as formas das operações creditícias;
- e) Estabelecer limites para a remuneração das operações e serviços bancários ou financeiros;
- f) Determinar as taxas de recolhimento compulsório das instituições financeiras;
- g) Regular a constituição, o funcionamento e a fiscalização de todas as instituições financeiras que operam no país;
- h) Estabelecer normas a serem seguidas pelo BC nas transações com títulos públicos;
- i) Outorgar ao BC o monopólio de operações de câmbio quando o balanço de pagamento o exigir; e,
- j) Regulamentar as operações de redesconto de liquidez.

2.1.1.2 Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil (BC ou Bacen) está sediado em Brasília, porém possui algumas regionais representativas em determinadas capitais estaduais. É o principal órgão executivo do CMN “atuando principalmente como um organismo fiscalizador do mercado financeiro, gestor do sistema financeiro e executor da política monetária do governo” (ASSAF NETO, 2003, p.66).

Muitas são as competências privativas do BC, podendo-se citar como principais, segundo Fortuna (2002):

- a) Emitir papel-moeda e moeda metálica já autorizada pelo CMN;

- b) Receber os recolhimentos compulsórios dos bancos comerciais e os depósitos voluntários das instituições financeiras e bancárias que operam no país;
- c) Exercer o controle de crédito sob todas as suas formas;
- d) Vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais; e,
- e) Controlar o fluxo de capitais estrangeiros garantindo o correto funcionamento do mercado cambial, operando, inclusive, via ouro, moeda ou operações de crédito no exterior.

Através de todas as suas competências pode-se dizer que o BC serve como meio para o Estado intervir diretamente no sistema financeiro e, indiretamente, na economia. Fortuna (2002, p.20) afirma que “após um acordo com o FMI no final de 1998, o BC ficou proibido de operar nos mercados derivativos de câmbio. Por esta razão, para controlar a volatilidade do câmbio, o BC atua no mercado a vista, vendendo títulos públicos cambiais”.

2.1.1.3 Comissão de Valores Mobiliários

A CVM que está vinculada diretamente ao Conselho Monetário Nacional tem por responsabilidade básica o controle e o fomento do mercado de valores mobiliários, a bolsa de valores. Esta comissão foi criada em 1976, pois até àquela data faltava uma entidade que absorvesse a regulação e fiscalização do mercado de capitais, principalmente a regulamentação das sociedades de capital aberto (FORTUNA, 2002). Esta entidade está vinculada ao ministério da fazenda e é administrada por um presidente e quatro diretores nomeados pelo presidente da república (CAVALCANTI e MISUMI, 2002).

Após a edição da Nova Lei das S.A. em 2001 os valores mobiliários regidos pela CVM continuaram os mesmos, com exceção para os títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal; e os títulos cambiais de responsabilidade de instituição financeira, exceto as

debêntures. Fortuna (2002) afirma que sob a ótica da Bovespa o objetivo fundamental da CVM é o fortalecimento do mercado de ações e dos demais valores mobiliários através do:

- a) Estímulo da aplicação de poupança no mercado acionário;
- b) Garantia do funcionamento eficiente e regular das bolsas de valores e instituições auxiliares que operem neste mercado;
- c) Fiscalização da emissão, do registro, da distribuição e da negociação de títulos emitidos pelas sociedades anônimas de capital aberto; e,
- d) Proteção aos titulares de valores mobiliários contra emissões irregulares e outros tipos de atos ilegais que manipulem preços de valores mobiliários nos mercados primários e secundários de ações.

2.1.1.4 Outros agentes

Além dos agentes econômicos supracitados que agem no desenvolvimento do mercado financeiro nacional tem-se ainda o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal e o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

O Banco do Brasil, quando de sua instituição, era o banco co-responsável pela emissão de moeda, via ajustamento das contas das autoridades monetárias e do Tesouro Nacional (FORTUNA, 2002). No entanto hoje este banco está se ajustando à estrutura de um banco múltiplo tradicional, sendo ainda o principal executor da política oficial de crédito rural. O Banco do Brasil ainda conserva outras funções não comuns aos bancos comerciais através de parcerias com o governo federal.

O BNDES “é uma instituição responsável pela política de investimentos a longo prazo do governo federal, sendo a principal instituição financeira de fomento do país” (FORTUNA, 2002, p.23). Ainda segundo Fortuna (2002) os objetivos do BNDES são:

- a) Impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país;
- b) Fortalecer o setor empresarial nacional;
- c) Atenuar os desequilíbrios regionais, criando novos pólos de produção;
- d) Promover o desenvolvimento integrado das atividades agrícolas, industriais e de serviços; e,
- e) Promover o crescimento e a diversificação das exportações.

A Caixa Econômica Federal é responsável por operacionalizar as políticas de habitação popular e saneamento básico propostas pelo governo federal, e também ao apoio do trabalhador brasileiro de baixa renda. “À CEF é permitido atuar nas áreas de atividades relativas a bancos comerciais, sociedades de créditos imobiliários e de saneamento e infraestrutura urbana, além de prestação de serviços de natureza social, delegada pelo governo federal” (FORTUNA, 2002, p.24). Os recursos obtidos pela CEF junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) são direcionados para as áreas de saneamento e infra-estrutura.

O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional foi criado em 1965 como órgão integrante do ministério da fazenda para julgar, em segunda e última instância, os recursos e interpostos das decisões relativas à aplicação de penalidades administrativas pelo Banco Central e CVM (FORTUNA, 2002).

2.1.2 Instituições Financeiras Monetárias

As instituições financeiras monetárias são aquelas que possuem depósitos à vista, podendo com isso multiplicar a moeda. Essa gama de instituições é composta pelos Bancos Comerciais, Cooperativas de Crédito e Bancos Cooperativos.

2.1.2.1 Bancos Comerciais

Os bancos comerciais são aqueles que o principal objetivo é proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários para financiar, a curto e médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços e as pessoas físicas (FORTUNA, 2002). Este tipo de banco é o mais conhecido da população em geral e atuam no desconto de títulos, abertura de contas correntes, captação de recursos externos para repasse, captação de depósitos à vista e a prazo fixo obtendo recursos junto às instituições oficiais para repasse aos clientes, enfim, são muitas as atividades e serviços oferecidos por este tipo de banco.

Os bancos comerciais têm “suas atividades e funcionamento regulamentados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil e, através desse órgão, as autoridades monetárias controlam a liquidez do sistema bancário utilizando-se, basicamente, dos seguintes instrumentos: a - operações de mercado aberto; b - redesconto; e c - requerimentos mínimos de reserva sobre os depósitos à vista e a prazo” (CAVALCANTI e MISUMI, 2002, p.32).

2.1.2.2 Cooperativas de Crédito

“As cooperativas de crédito atuam basicamente no setor primário da economia, como objetivo de permitir uma melhor comercialização de produtos rurais e criar facilidades para o escoamento das safras agrícolas para os centros consumidores, destacando que os usuários finais do crédito que concedem são sempre os cooperados” (FORTUNA, 2002, p.29).

Estas cooperativas de crédito podem funcionar através de um pagamento mensal pelos funcionários ou até pela operacionalização de contas com depósitos à vista ou a prazo. Este capital obtido é, então, repassado aos funcionários através de empréstimos. “A cooperativa só

se tornará viável, economicamente, a partir de pelo menos 200 cooperados” (FORTUNA, 2002, p. 29). Todas as operações realizadas pela cooperativa de crédito ficam restritas aos cooperados.

2.1.2.3 Bancos Cooperativos

Os bancos cooperativos são formados por cooperativas de crédito e possuem as mesmas atividades de qualquer outro banco comercial. O banco cooperativo permite também a captação de recursos no exterior, atividade que é vetada às cooperativas de crédito.

No banco cooperativo a vantagem para o sistema, entre outras é que o produtor rural é o gerador e controlador do fluxo do dinheiro, ao mesmo tempo que mantém estes recursos. Em síntese isto significa que o dinheiro fica na região onde é gerado para a reaplicação no desenvolvimento de novas culturas(FORTUNA, 2002, p.29).

A constituição deste tipo de banco só foi concedida em 1995 através da Resolução nº2193, e toda esta demora em relação à criação do mesmo tipo de banco em outros países se deu pelo fato de que até então o governo garantia para o campo recursos suficientes e com juros subsidiados.

2.1.3 Instituições Financeiras Não Monetárias

“As instituições financeiras não monetárias são aquelas que captam recursos através da emissão de títulos para emprestar, portanto, apenas intermediam a moeda” (FORTUNA, 2002, p.30). Apesar da existência de muitas instituições do gênero pode-se destacar como principais as que são descritas a seguir:

2.1.3.1 Bancos de Desenvolvimento

Os bancos de desenvolvimento têm como principal agente o BNDES, e agem de forma regional. Os principais bancos de desenvolvimento que têm no Brasil são o banco do Nordeste e o banco da Amazônia. “Da mesma forma que o BNDES, estão voltados para o desenvolvimento econômico e social, só que em nível regional. Para tanto estabelecem sistema de integração com o BNDES, do qual são agentes financeiros, e com organismos regionais e setoriais de desenvolvimento” (CAVALCANTI e MISUMI, 2002, p.33).

2.1.3.2 Bancos de Investimento

Para fortuna (2002) estes bancos foram criados com o intuito de canalizar s recursos de médio e longo prazos para suprimento de capital fixo ou de giro das empresas. Além de seu capital próprio os bancos de investimentos contam com uma grande pauta de alternativas para captar dinheiro. Para Cavalcanti e Misumi (2002) estes bancos podem oferecer aos investidores os recibos e os certificados de depósitos a prazo, além de operar como agentes financeiros do BNDES. À todos estes recursos ainda pode-se somar os valores captados no exterior. Para Fortuna (2002) são seis as operações ativas que um banco de investimento pode praticar, sendo elas:

- a) Empréstimo a prazo mínimo de um ano para financiamento de capital fixo;
- b) Empréstimo a prazo mínimo de um ano para financiamento de capital de giro;
- c) Aquisição de ações, obrigações ou quaisquer outros títulos e valores mobiliários para investimento ou revenda no mercado de capitais;
- d) Repasses de empréstimos obtidos no exterior;
- e) Repasse de recursos obtidos no país; e,

- f) Prestação de garantia de empréstimos no país ou provenientes do exterior.

2.1.3.3 Financeiras

As sociedades de crédito, financiamento e investimento, conhecidas por financeiras, têm como principal função o financiamento de bens de consumo duráveis ao consumidor através do popular crediário. As financeiras são instituições privadas, constituídas sempre sob a forma de sociedade anônima. “Não podem manter contas correntes, e os seus instrumentos de captação restringem-se à colocação de letras de câmbio, que são títulos de crédito sacados pelos financiados e aceitos pelas financeiras para colocação junto ao público” (FORTUNA, 2002, p.31). As financeiras são consideradas como realizadoras de atividade de grande risco, e, por isso, suas operações passivas não podem ultrapassar o valor de 12 vezes o montante de seu capital realizado mais as reservas.

2.1.4 Instituições Auxiliares

Além das instituições monetárias e não monetárias já descritas, o sistema financeiro conta com algumas instituições auxiliares, de modo a dar suporte às atividades praticadas pelas primeiras instituições. A Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários é uma destas instituições. Atua no mercado acionário, operando com a compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta de terceiros (FORTUNA, 2002).

Uma outra instituição auxiliar é a Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, não tendo acesso direto à bolsa de valores. Suas atividades segundo Fortuna (2002) compreendem:

- a) Subscrição isolada ou em consórcio de emissão de títulos e valores mobiliários para revenda;
- b) Intermediação para colocação de emissão de capital no mercado; e,
- c) Operações no mercado aberto, desde que satisfaçam as condições exigidas pelo BC.

Uma outra instituição que atua no sistema financeiro como auxiliar é a sociedade de arrendamento mercantil, ou leasing. Segundo Fortuna(2002, p.35)

tais sociedades nasceram do reconhecimento de que o lucro de uma atividade produtiva pode advir da simples utilização do equipamento e não de sua propriedade,(...) o leasing se assemelha a uma locação, tendo o cliente, ao final do contrato, as opções de renová-la, de adquirir o equipamento pelo valor residual fixado em contrato ou de devolvê-lo à empresa.

2.1.5 Bancos Múltiplos

Os bancos múltiplos surgiram após 1988, onde segundo Lopes e Rossetti (1998, p.464) “pela resolução nº1524 do Bacen foi então facultado aos bancos comerciais, bancos de investimento, sociedade de créditos imobiliários e sociedade de crédito, financiamento e investimento a organização opcional em uma única instituição financeira, através de processos de fusão, incorporação, cisão e transformação, ou ainda por constituição direta”.

Com esta nova criação os agora bancos múltiplos começaram a operar em todos os segmentos do sistema de intermediação financeira, contendo em seus portfólios a carteira comercial, de investimentos, de desenvolvimento, de crédito imobiliário e de crédito, financiamento e investimento. Segundo Cavalcanti e Misumi (2002) os bancos múltiplos de grande porte costumam apresentar toda esta carteira diversificada, no entanto os bancos de pequeno porte costumam se especializar em determinada área de atuação, tendo, todavia, a liberdade de operar em outras áreas.

2.2 OS SERVIÇOS E PRODUTOS BANCÁRIOS

Os bancos são “um tipo especial de intermediário financeiro cujo papel principal é emitir documentos que representam seus débitos, para cede-los às unidades superavitárias e adquirir títulos primários das deficitárias” (STANFORD, 1981, p. 60). Os bancos conhecidos como sendo de varejo trabalham com um grande público, independente do tamanho e posição destes clientes na sociedade.

A atividade de tomar recursos financeiros excedentes de quem os têm, e emprestá-lo a quem os precisa deixou de ser o principal serviço de um banco na atualidade, hoje um banco de varejo presta variados serviços aos clientes, onde sua remuneração é obtida através do *float* (a permanência dos recursos transitórios dos clientes no banco) e pela cobrança de tarifas na prestação dos serviços (FORTUNA, 2002).

O serviço de conta corrente, utilizado pela quase totalidade dos clientes de bancos de varejo, é considerado um produto básico, visto que é através desta conta corrente que o cliente movimenta seus recursos, seja através de cheques, ordens de pagamentos, ou Doc. As cobranças de títulos também figuram em uma atividade muito comum entre bancos e seus clientes. “Os bancos cobram os títulos de seus clientes em qualquer parca e, graças ao sistema de compensação, os títulos podem ser pagos, até o vencimento, em qualquer agência bancária; após o vencimento, apenas nas agências do banco emissor do bloquete” (FORTUNA, 2002, p. 134).

Para a captação de recursos pelos bancos são oferecidos diversos produtos. Os mais comuns são:

O certificado de depósito bancário, o famoso CDB e o recibo de depósito bancário, o RDB, são os mais antigos e utilizados títulos de captação de recursos pelos bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento e bancos múltiplos que tenham uma destas carteiras, sendo oficialmente conhecidos como depósitos a prazo. (FORTUNA, 2002, p. 149).

Além destas duas formas de captação de recursos o banco dispõe de muitas outras formas, como as Letras de Câmbio, Letras Hipotecárias, Letras Imobiliárias, Cédula de crédito Imobiliária, dentre outros.

Os produtos de empréstimos oferecidos pelos bancos também são os mais variados. A oferta destes produtos envolve o empréstimo de capital a curto, médio ou longo prazo. Diversas modalidades destes produtos podem ser observadas na maioria dos bancos, como é o caso do *Hot Money* (um empréstimo de curtíssimo prazo), os limites de cheques especiais, empréstimos para capital de giro, crédito direto ao consumidor, operações de leasing, entre outros.

A aplicação dos recursos financeiros excedentes de seus clientes é um serviço muito difundido nos bancos atuais. Um produto muito comum e antigo deste tipo de serviço bancário é a caderneta de poupança. No entanto a criação de fundos de investimentos proporciona um retorno maior ao investidor dependendo de suas características. Estes produtos serão discutidos detalhadamente mais adiante.

2.2.1 Caderneta de Poupança

A caderneta de poupança é uma aplicação muito simples e costumeiramente utilizada por clientes dos bancos. Segundo Fortuna (2002) é uma das poucas aplicações, ou até mesmo a única, em que se podem aplicar pequenas somas de capital e ter liquidez, apesar da perda de rentabilidade para os saque efetuados fora do prazo de aniversário da aplicação. Para a aplicação dos recursos captados pelos bancos através desta modalidade existem regras pré-estabelecidas pelo Banco Central que devem ser seguidas.

A remuneração da caderneta de poupança é dada pela TR da data de aniversário mais os tradicionais 0,5% ao mês. Tendo esta característica de remuneração a caderneta passou a ter uma correção diferenciada para os vários dias do mês, funcionando como um CDB pós-fixado (FOTUNA, 2002). Percebe-se então que a poupança tem sua rentabilidade conforme a quantidade de dias úteis no mês e a variação da TR no período.

Em face da grande concorrência, e de modo a criar facilidades e atrativos aos clientes, os bancos vêm criando facilidade de movimentação deste tipo de aplicação. Segundo Fortuna (2002, p.251) algumas destas características são:

- a) Depósitos e saques diretos pela conta corrente;
- b) Mesmo número e senha da conta corrente;
- c) Aplicação e resgate pelo telefone;
- d) Possibilidade de abertura de até 28 subcontas de uma única conta; e,
- e) Programação do investimento por períodos de até um ano, bastando informar datas de aplicação e resgate.

Vê-se, então, a extrema facilidade do cliente em manter uma caderneta de poupança, que lhe proporcionará uma baixa, porém existente, rentabilidade. Além da tradicional caderneta de poupança existem outros quatro tipos de cadernetas. Estes tipos são conhecidos por caderneta de poupança programada, caderneta de poupança de rendimentos crescentes, caderneta de poupança vinculada e caderneta de poupança rural.

A caderneta de poupança programada é aquela em que o cliente assume, via contrato, o compromisso de depositar quantias fixas e determinadas pelo prazo que varia entre 12, 18 ou 24 meses. As taxas de remuneração são crescentes e os rendimentos são creditados trimestralmente, havendo uma carência inicial de seis meses para o saque de valores. Esta modalidade foi criada em 1978 e mantém um seguro de vida que irá garantir a efetivação dos depósitos programados mesmo após a morte do titular.

A caderneta de poupança de rendimentos crescentes é aquela em que o cliente faz apenas um único depósito, e os rendimentos que serão crescentes serão creditados trimestralmente.

Para a caderneta de poupança vinculada “o BC fixou o prazo mínimo desta poupança em 36 meses com a correção do depósito sendo feita pela TR mais 6% ao ano, sendo isenta de impostos” (FORTUNA, 2002, p. 253). Esta poupança está vinculada à compra de um bem imóvel, onde o cliente irá poupar por determinado tempo cerca da metade do valor do imóvel que pretende comprar para ter o direito de uma carta de crédito com o financiamento do valor restante.

Como último tipo tem-se a caderneta de poupança rural, que para o cliente tem as mesmas características de uma caderneta de poupança comum, onde a diferença entre as duas é que na primeira os recursos captados serão direcionados para o financiamento das operações rurais, e não para o crédito imobiliário.

2.2.2 Fundos de Investimentos

Esta é uma forma de aplicação que tem a idéia de um condomínio, ou seja, embora os aplicadores tenham o direito de resgatar suas cotas a qualquer momento, nem todos o fazem ao mesmo tempo, sobrando assim sempre um grande montante disponível para aplicar em títulos mais rentáveis (FORTUNA, 2002). Um fundo de investimento é, portanto, uma reunião de recursos financeiros de diversas pessoas, alcançando assim um valor expressivo para a compra de títulos rentáveis.

A origem destes fundos não é muito clara, mas segundo

a origem dos fundos mútuos reporta-se ao final do século XIX na Inglaterra, onde eram conhecidos com o nome de *trusts* e objetivavam o financiamento do crescimento da economia americana após a Guerra Civil por meio de financiamentos hipotecárias, de construção de estradas de ferro, companhias industriais, entre outros (ROCHA,2003, p.23)

Nesta época de origem dos fundos eles eram considerados como condomínios fechados. O primeiro fundo aos moldes modernos apareceu em 1924, agora como condomínio aberto, podendo qualquer investidor comprar ou vender cotas deste fundo a qualquer momento. No Brasil os fundos de investimento começaram a ser criados no final dos anos 50, e inicialmente investiam apenas em ações.

A gestão de um fundo de investimento é feita através de uma equipe, onde a qualidade, a formação técnica, a postura ética em relação aos investidores e o seu compromisso com a instituição gestora são os valores que irão garantir o sucesso do fundo (FORTUNA, 2002). Quase que na totalidade dos fundos é cobrada uma taxa pela administração da carteira, cujo nome se dá como taxa de administração. Esta taxa se dá como percentual calculado diariamente sobre o patrimônio do fundo. Outras taxas podem vir a serem cobradas conforme o tipo do fundo e a instituição gestora.

A associação nacional dos bancos de investimentos(ANBID), classifica os fundos de investimentos em 10 categorias distintas, e dentro destas 10 categorias subdividi em 30 tipos de fundos. Toda esta classificação feita pela ANBID é possível visualizar na tabela abaixo:

QUADRO 1: Classificação dos fundos de investimentos definida pela ANBID

Categoria ANBID	Tipo ANBID	Riscos
Curto Prazo	Curto Prazo	DI/SELIC
Referenciados	Referenciado DI	Indexador de Referência
	Referenciado Outros	
Renda Fixa	Renda Fixa	Juros

	Renda Fixa Crédito	Juros + Crédito
	Renda fixa Multi-índices	Juros + Crédito + Ind de preços
	Renda fixa com Alavancagem	Juros + Crédito + Ind de preços + Alavancagem
Multimercados	Balancedos	Diversas Classes de ativos
	Multimercados Sem Renda Variável	
	Multimercados Com Renda Variável	
	Multimercados Sem Renda Variável Com Alavancagem	
	Multimercados Com Renda Variável Com Alavancagem	
	Capital Protegido	
Investimento no Exterior	Investimento no Exterior	Títulos da dívida externa e taxa de câmbio
IBOVESPA	Ações IBOVESPA Indexado	Índice de Referência.
	Ações IBOVESPA Ativos	
	Ações IBOVESPA Ativo Alavancado	Índice de Referência + Alavancagem
IBX	Ações IBX Indexado	Indexador referência + Alavancagem
	Ações IBX Ativo	
	Ações IBX Ativo Com Alavancagem	Índice de Referência + Alavancagem
Ações Setoriais	Ações Setoriais Telecomunicações	Risco do Setor
	Ações Setoriais Energia	
Ações Outros	Ações Outros	-
	Ações Outros Com Alavancagem	alavancagem
Cambial	Cambial Dólar Indexado	Moeda de Referência.

Cambial Euro Indexado	
Cambial Dólar sem alavancagem	
Cambial Dólar com alavancagem	Moeda de Referência + alavancagem
Cambial Outros sem alavancagem	Variação das moedas
Cambial Outros com alavancagem	Variação das moedas+alavancagem

Através desta classificação feita pela ANBID e sintetizada na tabela anterior podemos definir cada categoria e tipo de fundo acima. Segundo a ANBID um fundo categorizado como de curto prazo busca retorno através de investimentos em títulos indexados à CDI/Selic ou em papéis prefixados, desde que indexados e/ou sintetizados para CDI/Selic; de emissão do Tesouro Nacional e/ou do BACEN. O prazo máximo a decorrer é de 375 dias e prazo médio da carteira de, no máximo, 60 dias. É permitida, também, a realização de Operações Compromissadas, desde que: sejam indexadas à CDI/Selic; lastreadas em títulos do Tesouro Nacional ou do BACEN e com contraparte classificada como baixo risco de crédito.

Os fundos referenciados DI objetivam seguir o mais próximo possível as variações do CDI/Selic, e para isso aplicam, no mínimo, 95% do valor de sua carteira em títulos que acompanhem estes indexadores. O restante de sua carteira pode ser aplicado em outras operações permitidas para os fundos de curto prazo.

Aqueles fundos que estão classificados como referenciados outros na tabela anterior, são fundos que investem, no mínimo, 95% do valor de sua carteira em títulos que busquem acompanhar as variações de um parâmetro de referência diferente daqueles utilizados pelos fundos referenciados DI. Assim como no fundo anterior o montante não aplicado em operações que busquem acompanhar as variações do parâmetro de referência devem ser aplicados somente em operações permitidas para os fundos curtos prazos. Nesta categoria não

são permitidos os parâmetros de referência moedas estrangeiras ou mercado acionário. Estes fundos seguem as disposições do artigo 94 da Instrução CVM 409.

O tipo de fundo classificado como renda fixa, que será mais detalhado adiante, busca retorno por meio de investimentos em ativos de renda fixa. Excluem-se estratégias que impliquem em risco de índices de preço, de moeda estrangeira ou de renda variável. Devem manter, no mínimo, 80% de sua carteira em títulos públicos federais ou ativos com baixo risco de crédito.

Os fundos do tipo renda fixa crédito buscam retorno por meio de investimentos em ativos de renda fixa de qualquer natureza de risco de crédito (sendo aceitos títulos sintetizados através do uso de derivativos). No entanto excluem-se estratégias que impliquem em risco de índices de preço, de moeda estrangeira ou de renda variável.

Os fundos renda fixa multi-índices buscam retorno por meio de investimentos em ativos de renda fixa de qualquer natureza de risco de crédito, incluindo-se estratégias que impliquem em risco de índices de preço, como o IGPM, por exemplo. Excluem-se, porém, investimentos que impliquem em risco de oscilações de moeda estrangeira e de renda variável.

Os fundos classificados como renda fixa alavancados buscam retorno por meio de investimentos em ativos de renda fixa de qualquer natureza de risco de crédito, incluindo estratégias que impliquem em risco de índices de preço. São excluídos os investimentos que impliquem em risco de oscilações de moeda estrangeira e de renda variável. A diferença deste tipo de fundo para o tipo anterior é que neste fundo é permitido realizar operações que impliquem em alavancagem do patrimônio, ou seja, existe a possibilidade de perda superior ao patrimônio do fundo.

Os fundos multimercados balanceados são aqueles que buscam retorno no longo prazo através de investimento em diversas classes de ativos (renda fixa, ações, câmbio, etc). Estes

fundos utilizam uma estratégia de investimento diversificada e, sendo assim, esses fundos não podem ser comparados a indicador de desempenho que reflita apenas uma classe de ativos.

Fundos multimercados sem renda variável buscam retorno no longo prazo através de investimento em diversas classes de ativos, diferenciando do tipo de fundo anterior por não possuir ativos de renda variável, e por poderem ser comparados a parâmetro de desempenho que reflita apenas uma classe de ativos. Esse tipo de fundo não permite uma perda superior ao patrimônio do próprio fundo, ou seja, não permite a alavancagem.

Opondo-se aos fundos multimercados sem renda variável, os multimercados com renda variável buscam retorno no longo prazo através de investimento em diversas classes de ativos incluindo renda variável. Estes fundos também podem ser comparados a parâmetros de desempenho que reflita apenas uma classe de ativos. Assim como o fundo anterior este tipo não admite alavancagem.

Os fundos multimercados sem renda variável com alavancagem, diferenciam-se da definição dos fundos multimercados sem renda variável apenas por admitirem o processo de alavancagem. Neste mesmo sentido os fundos multimercados com renda variável com alavancagem diferenciam-se dos fundos multimercados com renda variável por admitirem o processo de alavancagem. Tem-se ainda um último tipo de fundo da categoria de multimercado, que é o fundo capital protegido, buscando retornos em mercados de risco, procurando proteger parcial ou totalmente o capital principal investido.

Os Fundos de Investimento no Exterior (FIEX) têm como objetivo investir preponderantemente em títulos representativos da dívida externa de responsabilidade da União.

Os fundos classificados na tabela como da categoria Ibovespa devem possuir, assim como todo fundo de ações, no mínimo, 67% da carteira em ações à vista. Segundo Cavalcanti e Misumi (2002) o Ibovespa é o índice de ações mais conhecido do Brasil, e é o valor atual

em moeda do país de uma carteira teórica de ações, a partir de uma aplicação hipotética. Dentro da categoria Ibovespa têm-se, então, os tipos de fundos ações Ibovespa indexados, cujo objetivo de investimento é acompanhar o comportamento do Ibovespa sem a possibilidade de alavancagem; outro tipo de fundo desta mesma categoria é o de ações Ibovespa ativo, que utiliza o Ibovespa como referência, e tem o objetivo explícito de superar este índice; e o último tipo desta categoria é o ações Ibovespa ativo alavancado, sendo diferente do anterior por admitir a alavancagem.

A categoria de fundos classificada como IBX tem os mesmos tipos e definições que a categoria Ibovespa, mudando apenas o índice utilizado. Nesta categoria o índice utilizado é o IBX, que segundo Cavalcanti e Misumi (2002, p.88) “é um índice de lucratividade que também é calculado pela Bovespa, com base 1000 e (...) o critério para a escolha das ações mais negociadas é o número de negócios e o volume financeiro apurado nos 12 meses anteriores a reavaliação. (...) O IBX é considerado um índice que avalia o retorno total das ações que compõem sua carreira”.

Os fundos de ações setoriais, divididos em fundos de ações de telecomunicações e fundos de ações de energia, são caracterizados pela estratégia de investir em ações somente dos setores de telecomunicações ou de energia, respectivamente. Estes dois tipos não admitem a alavancagem.

A categoria dos fundos de ações outros, subdividida em ações outros e ações outros com alavancagem são aqueles fundos de ações abertos que não se enquadram nos fundos de ações anteriores. Diferenciando entre si pela possibilidade de alavancagem.

Os fundos cambiais do tipo dólar indexado e euro indexado, têm por objetivo de investimento acompanhar, respectivamente, o comportamento do dólar e do euro no mercado financeiro. Os fundos cambiais do tipo dólar sem alavancagem aplicam pelo menos 80% de sua carteira em ativos relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, à moeda

norte-americana. O montante não aplicado em ativos relacionados direta ou indiretamente ao dólar deve ser aplicado somente em títulos e operações de Renda Fixa (pré ou pós fixadas a CDI/ Selic). E como o próprio nome já define, ele não admite alavancagem. O outro tipo de fundo da categoria cambial é o tipo dólar com alavancagem, que tem a mesma definição do anterior, com a única mudança que neste é possível a alavancagem.

Os fundos do tipo cambial outros sem alavancagem são fundos que aplicam pelo menos 80% de sua carteira em ativos relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, a uma ou mais moedas estrangeiras. O montante não aplicado em ativos relacionados direta ou indiretamente a uma ou mais moedas estrangeiras deve ser aplicado somente em títulos e operações de Renda Fixa (pré ou pós fixadas a CDI/ Selic). Por definição do próprio nome este tipo não permite alavancagem. O último tipo de fundo mostrado na tabela foi o “cambial outros com alavancagem”, que se diferencia do anterior apenas pela possibilidade de alavancagem.

Segundo a ANBID ainda é possível identificar os fundos de investimentos do tipo fechado, divididos em fechados de renda fixa, fechados de ações e fechados mistos; fundos de previdência; fundos mútuos de privatização; fundos *off shore*, aqueles constituídos fora do território brasileiro, mas cujo gestor localiza-se no Brasil, podendo ser do tipo *off shore* renda fixa, *off shore* renda variável ou *off shore* mistos; fundos de investimentos em direitos creditórios; fundos de investimento imobiliário; e fundos de índice.

Apesar desta classificação detalhada proposta pela ANBID tem-se em sentido geral uma divisão dos fundos de investimentos em fundos de renda fixa e fundos de renda variável. Todos os fundos citados pela classificação da ANBID se enquadram em uma destas duas classificações abrangentes.

2.2.2.1 Fundos de Renda Fixa

Os fundos de investimentos de renda fixa concentram suas operações em títulos que pagam juros, podendo estes ser prefixados ou pós-fixados. No mercado financeiro atual os principais fundos de renda fixa segundo Rocha (2003) são os Fundos de Investimento Financeiros (FIF), Fundos de Aplicação em Cotas de Investimento (FAC), Fundos de Investimentos no Exterior (FIEEX) e os Fundos de Investimentos em Derivativos.

Os FIFs são utilizados como base para outros fundos de investimento de renda fixa. As aplicações deste fundo devem estar representadas por ativos financeiros e modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, com exceção para os títulos de Desenvolvimento Econômico e cotas do Fundo de Desenvolvimento Social. O percentual mínimo do patrimônio líquido deste fundo para aplicação em ativos de renda fixa é de 51%. Por consequência os demais 49% do ativo podem estar aplicados em ações e em cotas de fundos de investimentos nas modalidades regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Segundo Rocha (2003) cada fundo de investimento financeiro terá sua própria política de investimentos, sempre limitada às diretrizes constantes da legislação, bem como no seu regulamento. Um FIF poderá ser classificado ainda em fundo de investimento referenciado, não referenciado ou livre, dependendo do grau de porcentagem do patrimônio líquido destes fundos aplicada em ativos de renda variável, aí incluindo a utilização de derivativos como proteção ou alavancagem, conjuntamente com a previsão de indexador (ROCHA, 2003).

Os fundos de investimentos referenciados são aqueles que seguem a variação de um indicador de mercado, ou seja, possuem um referencial. Estes fundos possuem um menor risco e uma menor oscilação. “O administrador do fundo deve compor a carteira desses fundos de investimento com, no mínimo, 95% em ativos ou operações que possam

proporcionar rendimento próximo do referencial, sendo que 80% dos ativos devem ser de títulos públicos federais e privados de baixo risco” (ROCHA, 2003, p.71).

Os fundos de investimento não-referenciados são aqueles que mesmo não seguindo um determinado indicador, possuem restrições em sua carteira, devendo esta concentrar 80% em títulos públicos federais ou privados de baixo risco. Em relação aos fundos referenciados este tipo apresenta um risco um pouco maior, na medida em que não apresenta um referencial e por poder aplicar em derivativos, mas este último somente com a finalidade de proteger a carteira.

Aqueles conhecidos como fundos de investimento livres possuem ampla liberdade para a composição da carteira, podendo até utilizar-se de derivativos para alavancar a rentabilidade, ou seja, “(...) utilizar operações de mercados de derivativos, como opções e futuros, para aumentar seus ganhos, numa estratégia que também traz maior risco, uma vez que nesses casos é possível a perda superior ao patrimônio do fundo de investimento (ROCHA, 2002, p.71)”.

Os fundos de aplicação em cotas de fundos de investimento (FAC) são aqueles que aplicam seus recursos em cotas de outros fundos de investimento, ou seja, os próprios fundos de aplicação em cotas são investidores de outros fundos de investimento (ROCHA, 2003). A carteira dos FACs é regulamentada pelo BACEN e pode ser composta por cotas de fundos de investimento financeiro, fundos de investimento no exterior e fundos de investimento nas modalidades regulamentadas pela CVM, sempre observada a proporcionalidade de 95% do respectivo patrimônio líquido.

Os 5% restantes do patrimônio destes fundos podem ser aplicados diretamente em ativos constantes do mercado financeiro. Conforme é explicado por Rocha (2003, p.73) “com relação a investimentos em ações, a legislação estabelece que as ações detidas pelos fundos

por intermédio de fundos de investimento financeiro e de fundos de investimento nas modalidades regulamentadas pela CVM não podem exceder 49% de seu patrimônio líquido”.

Os fundos de investimento no exterior foram autorizados em 1994 através de uma resolução do CMN e regulados em 1996 por uma circular do BACEN. Estes fundos são destinados à realização de investimentos em títulos representativos de dívida negociáveis no mercado internacional e modalidades operacionais admitidas pela legislação. “Somente podem aplicar nestes fundos de investimento pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimento e outras entidades de investimento coletivo residentes, domiciliados ou com sede no Brasil” (ROCHA, 2003, p.73). As aplicações destes fundos devem conter no mínimo 80% de títulos representativos da dívida externa de responsabilidade da União, e no máximo 20% em outros títulos de crédito transacionados no mercado internacional.

Os fundos de investimento em derivativos são também conhecidos como *hedge funds*. Sua função original é de proteção ao investidor, no entanto os fundos atuais se tornaram muito agressivos, ampliando muito os riscos aos investidores, descaracterizando assim sua forma original. Os fundos de investimento em derivativos no Brasil não podem tomar dinheiro emprestado e somente podem investir dinheiro dos próprios acionistas, ao contrário de outros países. A carteira destes fundos no Brasil é composta por ativos financeiros mais sofisticados, dos mercados futuro, *swaps*, a termo, de forma simples ou por meio de sofisticadas operações financeiras e podem operar em diferentes mercados ao mesmo tempo, como bolsa de valores, câmbio, renda fixa e títulos da dívida externa (ROCHA, 2003).

2.2.2.2 Fundos de Renda Variável

Os fundos de renda variável são aqueles em que visam a aplicação em títulos e valores mobiliários constantes no mercado de capitais. A carteira de ativos destes fundos possui uma

maior volatilidade, podendo com isso valorizar e desvalorizar com uma maior frequência de acordo com o mercado em que os títulos são negociados. Segundo afirma Rocha (2003, p.76) “esses fundos de investimento possuem um grau de risco muito maior que os fundos de investimento de renda fixa típicos e, ao contrário destes, tendem a proporcionar maior retorno no longo prazo”.

Pode-se citar como principais fundos de renda variável constantes no mercado atual os fundos de investimento em títulos e valores mobiliários (FITVMs), os fundos de investimento em cotas de investimento em títulos e valores mobiliários (FICFTVMs), os fundos de investimento em empresas emergentes, fundos de investimento em empresas emergentes pelo capital estrangeiro, os fundos de investimento em índice de mercado, os fundos de investimento em direitos creditórios, os fundos de investimentos em participações e os fundos mútuos de privatização-FGTS.

Os fundos de investimento em títulos e valores mobiliários têm sua carteira regulamentada pela CVM, onde podem conter:

- a) Ações de emissão de companhias com registro na CVM;
- b) Valores mobiliários cuja distribuição tenha sido objeto de registro na CVM;
- c) Certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários, regulados pelo CMN ou CVM;
- d) Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil;
- e) Títulos de renda fixa de emissão de instituições financeiras;
- f) Cotas de FIF, cotas de FAC ou cotas de FIEX;
- g) Posições em mercado derivativos, envolvendo contratos referenciados em ações, índices de ações ou taxa de juros;
- h) Operações de empréstimo de ações, na forma regulada pela CVM;

- i) Operações compromissadas, de acordo com a regulamentação do CMN, limitadas a 5% do patrimônio líquido do fundo;
- j) Ações emitidas por companhias signatárias do tratado de Assunção ou certificados de depósitos destas ações admitidos à negociação pública no mercado de valores mobiliários brasileiro; e,
- k) *Depositary Receipts*, negociáveis no mercado internacional, com lastro em valores mobiliários de emissão de companhias abertas registradas na CVM.

Para os fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em títulos e valores mobiliários, segundo a CVM, deve-se manter um mínimo de 95% de seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento em títulos e valores mobiliários. Segundo Rocha (2003) os demais 5% do patrimônio podem ser aplicados em:

- a) Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bando Central do Brasil;
- b) Títulos de renda fixa de emissão de instituições financeiras;
- c) Cotas de FIF, cotas de FAC ou cotas de FIEX; e,
- d) Operações compromissadas, de acordo com a regulamentação do CMN.

Os fundos de investimento em empresas emergentes foram autorizados pelo CMN em 1996 como forma de capitalizar empresas brasileiras pequenas e médias que não conseguem levantar recursos no mercado de capitais.

A carteira deverá aplicar, no mínimo, 75% em ações, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição de ações de emissão de empresas emergentes. A parcela que não estiver aplicada em valores mobiliários de empresas emergentes deverá, obrigatoriamente, estar investida em cotas de fundos de investimento de renda fixa, e/ou em títulos de renda fixa ou valores mobiliários de companhias abertas adquiridas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado (ROCHA, 2003, p.78).

Os fundos de investimento em empresas emergentes pelo capital estrangeiro têm os mesmos princípios dos fundos de investimento em empresas emergentes, com a única diferença que no de capital estrangeiro somente as pessoas físicas ou jurídicas residentes e domiciliadas ou com sede no exterior podem aplicar recursos, além dos fundos e outras entidades de investimento coletivo estrangeiro.

Os fundos de investimento em índice de mercado, conhecidos somente por fundos de índice, foram regulados em 2002 e destinam-se à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários que vise refletir as variações e rentabilidade de um índice de referência, por prazo indeterminado (ROCHA, 2003). O fundo deve manter o mínimo de 95% de seu patrimônio aplicado em valores mobiliários ou outros ativos de renda variável autorizados pela CVM, na proporção em que estes integram o índice de referência, ou em posições compradas no mercado futuro do índice de referência, de forma a refletir a variação e a rentabilidade de tal índice (FORTUNA, 2002).

Os fundos de investimento em direitos creditórios são também conhecidos por fundos de securitização. Estes direitos creditórios são, segundo a Instrução da CVM nº356/ 01, os direitos e títulos representativos de crédito, originários de operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, os contratos mercantis de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou serviços para entrega ou prestação futura, bem como direitos e títulos representativos de créditos de natureza diversa, assim reconhecidos pela CVM, admitidos nos termos da legislação específica.

Os direitos creditórios são também chamados no mercado de capitais pelo nome de recebíveis e o fundo destes direitos creditórios deve manter, no mínimo, 50% de seu patrimônio líquido representado por estes direitos creditórios. O saldo remanescente pode ser aplicado em títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central,

créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, títulos de emissão de estados e municípios, certificados e recibos de depósito bancário e demais títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de renda fixa, exceto cotas do fundo de desenvolvimento social.

Os fundos de investimentos em participações foram regulados pela CVM em 2003, e são conhecidos pelo nome de *private equity*. Segundo Rocha (2003, p.82) “estes fundos têm por objetivo a atuação em companhias com potencial de crescimento para que, após certo período, possam ser vendidas totais ou parcialmente no mercado de capitais ou para um sócio estratégico”.

Os fundos mútuos de privatização – FGTS são constituídos como condomínios abertos, e são formados exclusivamente por recursos financeiros resultantes da conversão parcial dos saldos do FGTS de pessoas físicas destinados à aquisição de valores mobiliários no âmbito dos Programas Nacional e Estadual de Desestatização. Estes fundos utilizados por empresas devem manter seus ativos, obrigatoriamente, em custódia, em conta segregada da conta do administrador, em instituição autorizada pela CVM a prestar esse tipo de serviço.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 NATUREZA DA PESQUISA

A análise da metodologia adotada no presente trabalho requer uma classificação com base em diversos aspectos. Segundo Mattar (1999, p.76) as pesquisas podem ser classificadas por vários itens diferentes.

Na classificação quanto à natureza das variáveis pesquisadas, as pesquisas podem ser qualitativas ou quantitativas. A pesquisa qualitativa é aquela que tem a intenção de verificar a presença ou ausência de algo. Já nas pesquisas classificadas como quantitativa a intenção é medir o grau em que algo está presente.

As pesquisas classificam também quanto à natureza do relacionamento entre as variáveis estudadas, podendo, então, serem pesquisas descritivas ou pesquisas causais. Segundo Mattar (1999, p.77) “a pesquisa descritiva tem o objetivo de expor o fenômeno em estudo, enquanto a pesquisa causal procura verificar relações entre variáveis que expliquem o fenômeno em estudo”.

Em relação ao objetivo e grau em que o problema de pesquisa está cristalizado, as pesquisas dividem-se em pesquisas exploratórias e pesquisas conclusivas. A principal diferença é que a pesquisa exploratória é pouco estruturada em procedimentos e seus objetivos são poucos definidos, enquanto que as pesquisas conclusivas são bem estruturadas em termos de procedimentos, seus objetivos são bem claros, visando responder à hipóteses previamente levantadas.

Quanto à forma utilizada para a coleta de dados primários, as pesquisas se classificam em pesquisas por comunicação e pesquisas por observação. Segundo Mattar (1999) as pesquisas por comunicação são mais comuns e são realizadas com a comunicação direta com

o detentor dos dados, sendo estes, portanto, obtidos com a declaração do respondente. Já as pesquisas por observação consistem na obtenção de dados sem comunicação com entrevistados, sendo observados somente atos, comportamentos e fatos.

Existe também a classificação da pesquisa quanto ao escopo da pesquisa em termos de amplitude e profundidade, podendo, então, as pesquisas serem classificadas em estudo de casos, estudos de campo e levantamentos amostrais. Estas três classificações diferenciam entre si em função de suas representatividades em relação à população pesquisada e de seus graus de profundidade.

O estudo de caso é um estudo profundo, mas não amplo, através do qual se procura conhecer profundamente apenas um ou poucos elementos da população sobre um grande número de aspectos e suas inter relações. Os levantamentos amostrais caracterizam-se pela obtenção de dados representativos da população estudada, tanto em termos de número quanto do processo de seleção dos elementos da amostra da pesquisa. Já os estudos de campo situam-se a meio termo entre os estudos de caso, que são profundos, mas não amplos, e os levantamentos amostrais, que são amplos e representativos da população, mas pouco profundos (MATTAR, 1999, p. 78).

Em relação à dimensão da pesquisa no tempo, as pesquisas classificam-se em pesquisas ocasionais e pesquisas evolutivas. As pesquisas ocasionais são aquelas realizadas uma única vez, mostrando o fenômeno estudado em um dado momento. Já as pesquisas evolutivas são realizadas periodicamente, mostrando uma evolução no tempo das variáveis estudadas.

Uma outra classificação proposta por Mattar (1999) é em relação à possibilidade de controle sobre as variáveis em estudo, sendo divididas em pesquisas experimentais de laboratório, pesquisas experimentais de campo e pesquisa *expost facto*. As experimentais de laboratório são aquelas em que é possível controlar e manipular as variáveis em estudo. As pesquisas experimentais de campo são estudos de situações reais, onde uma ou mais variáveis independentes são manipuladas para medir seus efeitos sobre as variáveis dependentes.

Enquanto isso as pesquisas *expost facto* procura descobrir a existência de relacionamentos entre as variáveis após o fenômeno em estudo ter ocorrido.

Uma última classificação é em relação ao ambiente de pesquisa, podendo esta ser classificada em pesquisa de campo, pesquisa de laboratório e pesquisa por simulação. As pesquisas de campo são aquelas feitas em condições ambientais reais, enquanto que as pesquisas de laboratório são realizadas sob condições artificiais, já nas pesquisas por simulação as condições são simuladas para a pesquisa.

Levando em consideração as classificações de Mattar (1999) percebe-se o enquadramento da presente pesquisa como sendo inicialmente uma pesquisa qualitativa, pois serão catalogadas informações sobre as diferenças dos fundos de investimentos oferecidos pelo banco em análise. No entanto em um segundo momento a pesquisa acarretará numa forma quantitativa, visto que as informações a serem captadas para a análise da utilização dos fundos de investimentos pelos correntistas do Banco do Estado de Santa Catarina serão submetidas à análises estatísticas.

Quanto à natureza do relacionamento entre as variáveis estudadas a pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, visto o seu objetivo que não visa estabelecer as causas das aplicações em um ou outro fundo, mas sim descrever como estão distribuídas estas aplicações nos variados fundos ao decorrer através do decorrer do tempo.

Em relação à classificação quanto ao objetivo e grau em que o problema de pesquisa está cristalizado pode-se dizer que esta pesquisa possui sua fase exploratória, na medida em que diversas informações serão levantadas para identificar diferenças e conceitos sobre os fundos de investimentos, mas sua fase final será caracterizada como pesquisa conclusiva, já que as conclusões virão como respostas aos objetivos pré-estabelecidos.

A pesquisa caracteriza-se por ser uma pesquisa por observação, já que será adotada a prática de busca de dados e informações em relatórios da empresa e manuais disponibilizados

sobre o assunto. Será realizada a consulta em materiais bibliográficos sobre o assunto, além dos manuais já citados.

O trabalho de pesquisa em questão trata-se de um estudo de campo, pois trabalha com amostras de dimensões que permitem análises estatísticas e permitem profundidade maior que os levantamentos amostrais, também é salientado que o trabalho se realizará diretamente no ambiente de pesquisa, ou seja, se realizará no campo de pesquisa. Em relação à sua dimensão no tempo é considerada uma pesquisa ocasional, pois não retrata em pesquisas evolutivas a serem feitas em períodos distintos.

Segundo Mattar (1999, p.79) “a pesquisa *expost facto* procura descobrir a existência de relacionamentos entre variáveis após o fenômeno em estudo já ter ocorrido”. Portanto aloca-se a presente pesquisa nesta categoria, visto que as aplicações e investimentos já ocorreram, cabendo à pesquisa identificar evoluções e comparações entre os fatos ocorridos. Em sua última classificação proposta por Mattar (1999) tem-se a presente pesquisa caracterizada como uma pesquisa de campo, visto o local a ser realizada.

3.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Toda pesquisa deve ser bem planejada para que o resultado final, além de útil, seja fidedigno. Dentro deste planejamento está contido o trabalho de coleta de dados, que segundo Lakatos e Marconi (1986) sua parte prática é dividida em coleta de documentação direta, subdividida em intensiva e extensiva, e coleta de documentação indireta, esta última abrangendo a pesquisa documental e a bibliográfica.

Para a parte teórica deste trabalho a pesquisa bibliográfica será essencial, e a pesquisa documental servirá para fornecer informações sobre a rentabilidade dos fundos de investimentos e o nível de utilização de cada um destes oferecidos pelo banco.

A coleta de documentação direta, segundo Lakatos e Marconi (1986), pode ser subdividida em intensiva, compreendendo as técnicas de observação e entrevista, e extensiva, que são os questionários, formulários, medidas de opinião e atitudes, testes, sociometria, análise de conteúdo, história de vida e pesquisa de mercado. O trabalho em questão utilizará a coleta direta do tipo intensiva através do uso de entrevistas. Segundo Cervo e Bervian (1983), é preciso que os pesquisadores recorram à pesquisa sempre que houver a necessidade de dados que não podem encontrar em registros e fontes documentárias, e que podem ser fornecidos por algumas pessoas.

A entrevista foi utilizada para a obtenção de dados quantitativos e qualitativos, sendo que todos os dados obtidos na pesquisa serão tratados para a apresentação no trabalho. Os dados relativos à rentabilidade e utilização dos fundos de investimentos serão tratados através de planilhas eletrônicas, para uma melhor visualização e leitura.

4. O BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

4.1 HISTÓRICO

O Banco do Estado de Santa Catarina S.A. foi fundado em 21 de julho de 1962, e conta hoje com uma rede de agências cobrindo todo o território catarinense e mais cinco capitais fora do estado, sendo elas Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. O banco possui hoje 256 agências e 219 postos de atendimento bancário, totalizando, então, 475 pontos de atendimento.

O BESC que sempre foi um banco estadual hoje se encontra federalizado, em face de alguns problemas econômico-financeiros por qual passou. Seu processo de privatização não ocorreu, como ocorreu em muitos outros bancos estaduais, pelo seu tamanho e possibilidade de auferir grandes lucros. Ultimamente o BESC vem apresentando saldo positivo em suas contas, o que reforça a não necessidade de privatização da instituição. O BESC é um banco com característica regional, comprometido com o desenvolvimento e o apoio à economia catarinense em três categorias principais:

- a) Estímulo e fortalecimento das micros e pequenas empresas;
- b) Oferta de linhas de crédito ao funcionalismo público municipal, estadual e a empregados de empresas parceiras do banco; e
- c) Apoio às comunidades com vistas à valorização das suas manifestações culturais, artísticas e desportivas, em parceria com as prefeituras municipais.

O BESC está presente em 98% dos municípios de Santa Catarina, possuindo postos de atendimento considerados pioneiros, ou seja, estão em localidades onde é a única instituição financeira disponível. O Besc tem como missão: “ajudar no crescimento de organizações e pessoas através do apoio financeiro e de prestação de serviços, com eficácia e lucratividade,

harmonizando os interesses dos clientes, acionistas e empregados e contribuindo para melhor qualidade de vida da sociedade catarinense”.

Na próxima página é apresentada a demonstração do resultado do exercício, relativo aos anos de 2003 e 2004:

Demonstração do Resultado do Exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de Reais)

DISCRIMINAÇÃO	BESC			BESC CONSOLIDADO		
	2º Semestre	Exercícios		2º Semestre	Exercícios	
	2004	2004	2003	2004	2004	2003
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	185.885	358.760	441.013	300.681	554.941	637.788
Operações de Crédito	43.167	62.500	81.051	70.968	134.147	123.433
Operações de Arrendamento Mercantil	0	0	0	5	9	570
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	142.616	275.827	360.922	195.079	375.026	491.301
Resultado de Câmbio	102	433	(960)	102	433	(960)
Resultado das Aplicações Compulsórias	0	0	0	34.527	45.326	23.444
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(100.685)	(188.120)	(243.848)	(142.885)	(268.039)	(336.861)
Operações de Captação no Mercado	(100.231)	(187.178)	(234.758)	(138.458)	(267.098)	(318.360)
Operações de Empréstimos, Cessão e Repasses	(1.808)	(4.102)	(4.617)	(1.509)	(4.102)	(4.617)
Operações de Arrendamento Mercantil	0	0	0	(4)	(7)	(612)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.354	3.156	(4.471)	(2.614)	(4.832)	(13.272)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	85.200	170.640	197.167	157.796	288.902	300.927
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(79.100)	(159.360)	(209.448)	(142.778)	(263.934)	(295.317)
Receitas de Prestação de Serviços	48.626	93.641	68.266	48.689	93.773	91.733
Despesas de Pessoal	(82.739)	(169.086)	(212.022)	(100.326)	(206.292)	(266.443)
Outras Despesas Administrativas	(45.860)	(69.512)	(83.318)	(69.226)	(115.368)	(107.433)
Despesas Tributárias	(10.524)	(21.571)	(17.588)	(15.440)	(29.993)	(24.785)
Resultado de Participações em Ligada e Controladas (Nota 11)	2.444	4.364	3.731	(29)	(97)	161
Outras Receitas Operacionais	13.566	31.765	25.007	11.848	30.638	21.989
Outras Despesas Operacionais	(4.358)	(8.081)	(12.944)	(27.717)	(36.217)	(19.585)
Remuneração dos Administradores	(465)	(880)	(580)	(717)	(1.378)	(954)
RESULTADO OPERACIONAL	6.100	11.280	(12.279)	15.018	24.968	5.610
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 07)	5.132	12.282	28.189	5.304	12.623	29.945
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	11.232	23.562	15.910	20.322	37.591	35.555
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0	0	(5.268)	(2.348)	(4.485)	(10.211)
PARTICIPAÇÕES DE TERCEIROS EM SOCIEDADES DO CONGLOMERADO	0	0	0	(6.742)	(9.584)	(14.700)
LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA	11.232	23.562	10.644	11.232	23.542	10.644
Lucro Líquido da Controladora	0	0	0	11.232	23.542	10.644
Lucro Líquido Referente à Participação de Terceiros em Sociedades do Conglomerado	0	0	0	6.742	9.584	14.700
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO CONGLOMERADO BESC	0	0	0	17.974	33.128	25.344
Nº DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	583.932.710.389	569.692.749.289	506.962.710.389			
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES	0,02	0,05	0,02			
VALOR PATRIMONIAL POR LOTE DE MIL AÇÕES	0,28	0,28	0,23			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

4.2 O BESC FRENTE AO AMBIENTE EXTERNO

O Banco do Estado de Santa Catarina é um agente de grande importância no cenário catarinense, atuando de forma firme frente a seus concorrentes para aumentar sua participação no mercado e sua credibilidade frente a seus clientes e potenciais clientes. Como sendo um banco múltiplo, atuando em diversos setores, o Besc possui diversos concorrentes. Na área de empréstimos, por exemplo, o banco possui não somente os outros bancos múltiplos como concorrentes, mas também todas as outras instituições que atuam nesta área, como financeiras e até cooperativas de crédito.

A área de crédito direto ao consumidor é uma área de grande importância para os bancos, e o Besc atua de forma ostensiva nesta área de empréstimos. O empréstimo em consignação, aquele que o pagamento é feito por um débito direto na folha de pagamento do cliente, vem crescendo rapidamente em toda a economia nacional, e o Besc acompanha esta tendência.

Na área de fundos de investimentos o Besc atua com uma concorrência direta de outros grandes bancos do sistema financeiro nacional, como é o caso do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco, HSBC, Unibanco, Santander, Banco Real e outros bancos que atuam em Santa Catarina. Mesmo com um cenário extremamente competitivo o Besc conseguiu colocar alguns de seus fundos de investimentos como sendo uns dos melhores fundos de investimentos do Brasil. O fundo Besc Prime, por exemplo, conseguiu em 2004 estar entre os dez melhores fundos de investimentos do Brasil, em pesquisa feita pela Standard & Poors e publicada na revista Valor Investe, recebendo a notação de fundo cinco estrelas. Nesta mesma publicação outro fundo do Besc recebeu a notação quatro estrelas ficando também entre os melhores do Brasil. Em outra pesquisa feita em 2005, e publicada no

Jornal “O Estado de São Paulo” o fundo Besc Prime manteve-se novamente entre os melhores do Brasil.

4.3 FUNDOS DE INVESTIMENTOS OFERECIDOS PELO BESC

A instituição do Banco do Estado de Santa Catarina oferece à seus clientes dez opções de fundos de investimentos, sendo que o Besc não trabalha no momento com fundos de longo prazo e a maior parte de seus fundos são categorizados como fundos de renda fixa sem o risco inerente dos fundos de renda variável.

4.3.1 Fundo Besc Institucional

É um fundo de investimento financeiro referenciado de curto prazo, que proporciona rendimentos diários através de aplicações em títulos de renda fixas públicos ou privados, preponderantemente pós-fixados. Este fundo tem como objetivo oferecer a seus participantes uma rentabilidade referenciada às oscilações das taxas de juros praticadas no mercado interbancário (CDI).

Como política de investimento o fundo utiliza instrumentos predominantemente de renda fixa, atuando nos mercados de títulos públicos e privados procurando manter a carteira composta por, no mínimo, 80% de seu patrimônio líquido, isolada ou cumulativamente em Títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil; Títulos e valores mobiliários de renda fixa cujo emissor esteja classificado na categoria de baixo risco de crédito ou equivalente, com a agência de certificação de risco localizada no país. A carteira deste fundo deve ser composta por, no mínimo, 95% de ativos financeiros e/ou modalidades

operacionais de forma que seu perfil de rendimento acompanhe, direta ou indiretamente, a variação do indicador de desempenho CDI.

Como público alvo este fundo tem as pessoas físicas e jurídicas com grande capacidade de poupança, que desejam aplicar seus recursos em investimentos de renda fixa, em busca de rentabilidades que acompanham o CDI. É um fundo classificado como de curto prazo e tem como principais características:

- a) Aplicação inicial de R\$25.000,00;
- b) Saldo mínimo no fundo de R\$50,00;
- c) Valor mínimo para resgate de R\$50,00;
- d) Taxa de administração de 0,50% ao ano;
- e) Restituição do CPMF: não restitui o CPMF.

A seguir é apresentado o gráfico que mostra a evolução do saldo médio deste fundo durante o ano de 2004. Através deste percebe-se o nível de utilização do fundo na agência Praça XV de Novembro em Florianópolis.

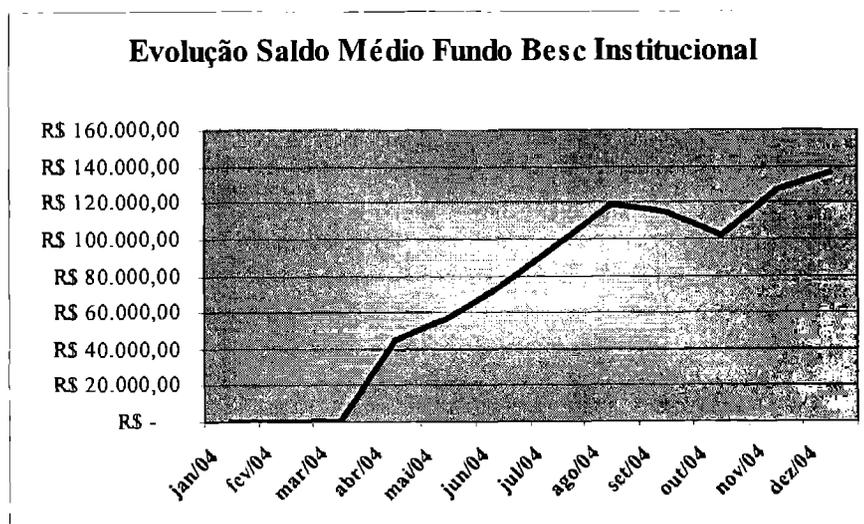


Gráfico 1: saldo fundo besc institucional 2004

Fonte: Elaborado com dados primários

Os valores referentes ao saldo de janeiro, fevereiro e março de 2004, assim como o ano de 2003, não foi disponibilizado pelo banco. Este saldo médio é obtido através da soma dos saldos diários do fundo dividido pela quantidade de dias úteis do mesmo mês. Percebe-se pelo gráfico acima que houve um salto no saldo deste fundo, que estava com aplicações de aproximadamente R\$45.000,00 em abril e um valor de aproximadamente R\$135.000,00 no final do ano. Houve, portanto, uma procura por este fundo, onde apenas os meses de setembro e outubro registraram uma retirada de capital do fundo em questão. Pela aplicação inicial de R\$25.000,00 e o baixo saldo deste fundo percebe-se que este não é um fundo muito procurado pelos clientes do Besc.

Em relação à rentabilidade que este fundo ofereceu aos clientes é possível analisá-la nos gráficos a seguir. Os gráficos trazem a rentabilidade dos anos de 2003 e 2004, elaborados com as rentabilidades mensais do fundo.

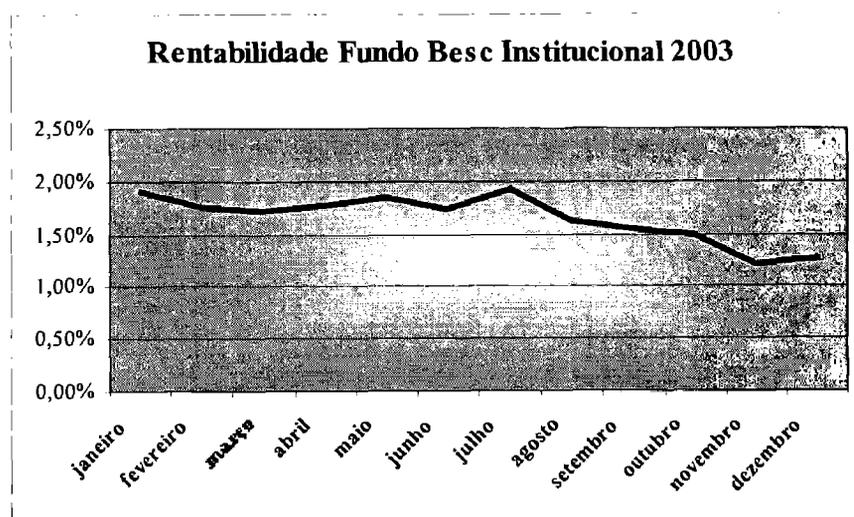


Gráfico 2: rentabilidade fundo besc institucional 2003
Fonte: Elaborado com dados primários

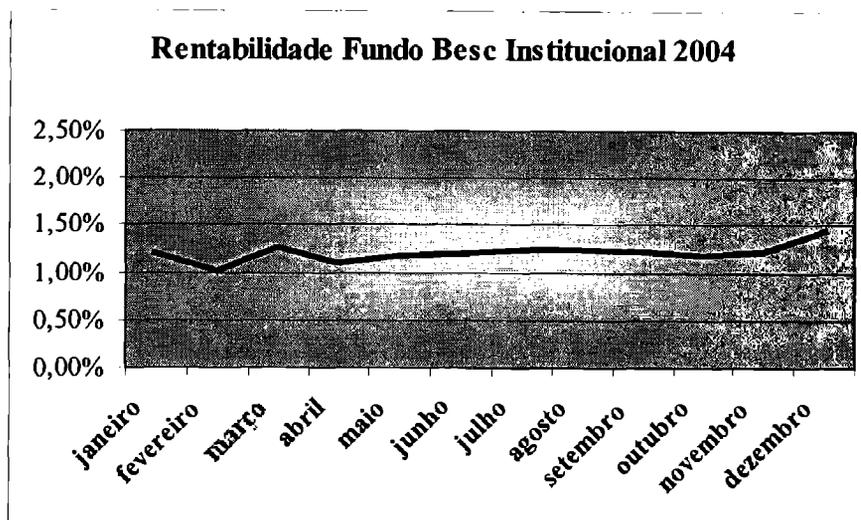


Gráfico 3: rentabilidade fundo besc institucional 2004

Fonte: Elaborado com dados primários

O ano de 2003, como pode ser identificado no gráfico anterior e em todos os outros fundos de investimentos, foi um ano de ótimo desempenho para os fundos de investimentos. Percebe-se pelos gráficos que a rentabilidade deste fundo em questão variou entre 1,5 e 2,0% nos dez primeiros meses de 2003, quando então começou a cair. Em 2004 o fundo permaneceu com sua rentabilidade oscilando entre 1,0 e 1,5% o ano inteiro.

Quanto às regras de tributação deste fundo, assim como a de todos os outros fundos de investimentos aqui definidos, serão comentadas no item 4.4 deste trabalho.

4.3.2 Fundo Besc Prime

É um fundo de investimento de renda fixa de curto prazo, que proporciona rendimentos diários através de aplicações em títulos de renda fixas públicos e/ou privados pré e pós-fixados. Tem como objetivo proporcionar uma rentabilidade próxima do CDI, mediante a aplicação dos seus recursos em ativos de renda fixa.

Como política de investimentos o fundo utiliza instrumentos predominantemente de renda fixa, atuando nos mercados de títulos públicos e privados procurando manter a carteira, isolada ou cumulativamente, composta por títulos privados ou públicos federais, pré-fixados ou indexados à taxa SELIC, a índices de preço ou à variação cambial, ou, ainda, por operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais. O maior percentual da carteira é aplicado em títulos públicos federais pós-fixados.

Como público alvo este fundo tem as pessoas físicas e jurídicas com grande capacidade de poupança, que desejam aplicar seus recursos em investimentos de renda fixa, em busca de rentabilidades próximas ao CDI. Possui o mesmo público alvo do Fundo Besc Institucional, sendo distinto pela disposição da carteira e por condições comerciais do fundo. Como já mencionado este é um fundo de curto prazo e renda fixa, onde suas principais características são:

- a) Aplicação inicial de R\$50.000,00;
- b) Saldo mínimo no fundo de R\$50,00;
- c) Valor mínimo para resgate de R\$50,00;
- d) Taxa de administração de 0,38% ao ano;
- e) Restituição do CPMF: não restitui o CPMF.

A seguir os gráficos referentes à evolução do saldo médio deste fundo nos períodos de 2003 e 2004 evidenciam o nível de utilização deste fundo de investimento pelos clientes desta agência do Besc em estudo.

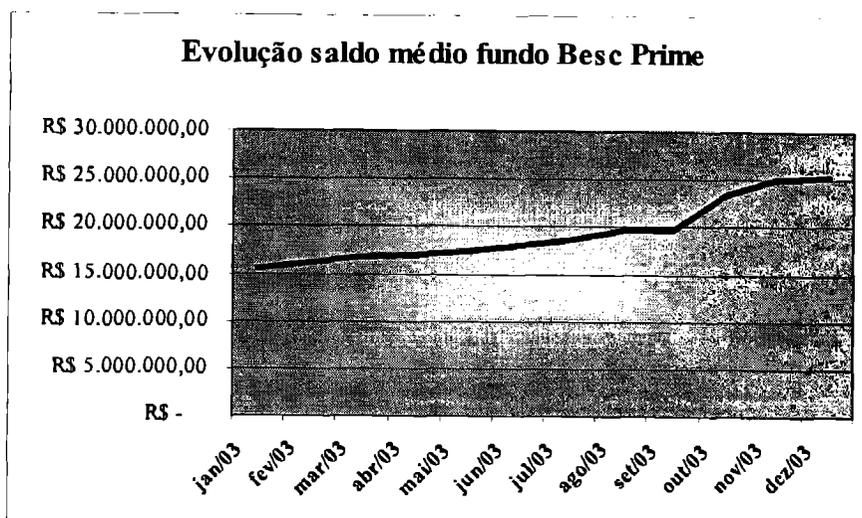


Gráfico 4: saldo fundo besc Prime 2003
Fonte: Elaborado com dados primários

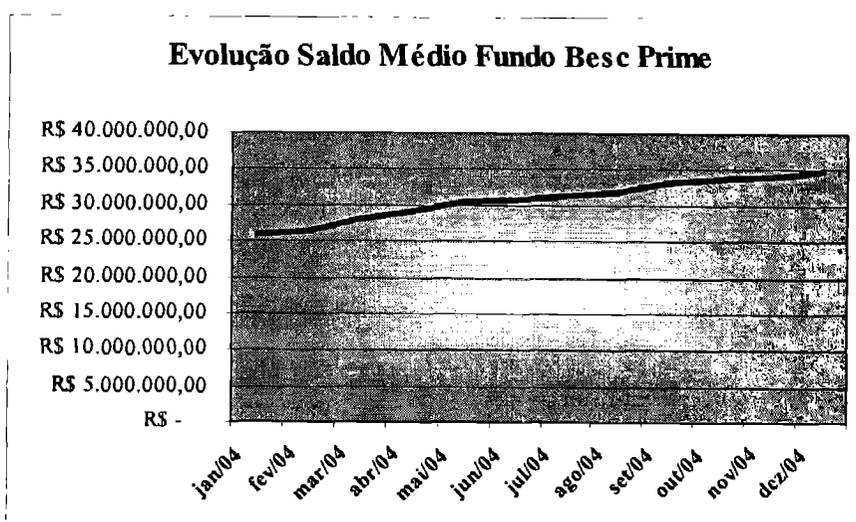


Gráfico 5: saldo fundo besc Prime 2004
Fonte: Elaborado com dados primários

O Fundo Besc Prime é um dos fundos mais procurados pelos clientes do Besc. Estes gráficos apresentados demonstram claramente que em nenhum mês destes dois anos em questão houve resgate maior que as aplicações, visto que o saldo médio deste fundo apenas cresceu, iniciando em aproximadamente 16 milhões de reais em 2003, passando por aproximadamente 25 milhões de reais na virada destes anos e chegando aos 35 milhões de reais aplicados no final de 2004. Este fundo possui uma excelente rentabilidade como será

mostrado em gráficos seguintes, sendo por isso de intensa procura por investidores de grande aporte de capital.

A rentabilidade que este fundo de investimento oferece aos clientes é considerada muito boa para um fundo de renda fixa de curto prazo, e através dos gráficos a seguir é possível analisá-la. Os gráficos trazem a rentabilidade dos anos de 2003 e 2004 para a análise e estudo.

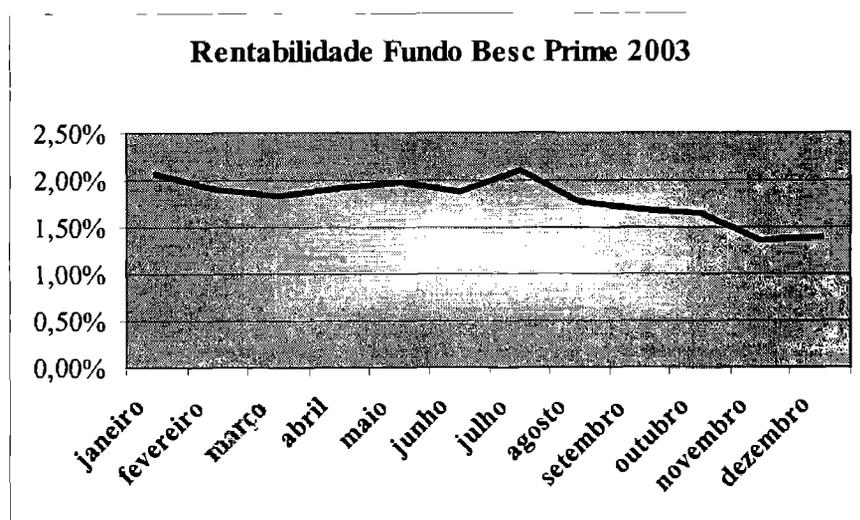


Gráfico 6: rentabilidade fundo besc Prime 2003
Fonte: Elaborado com dados primários

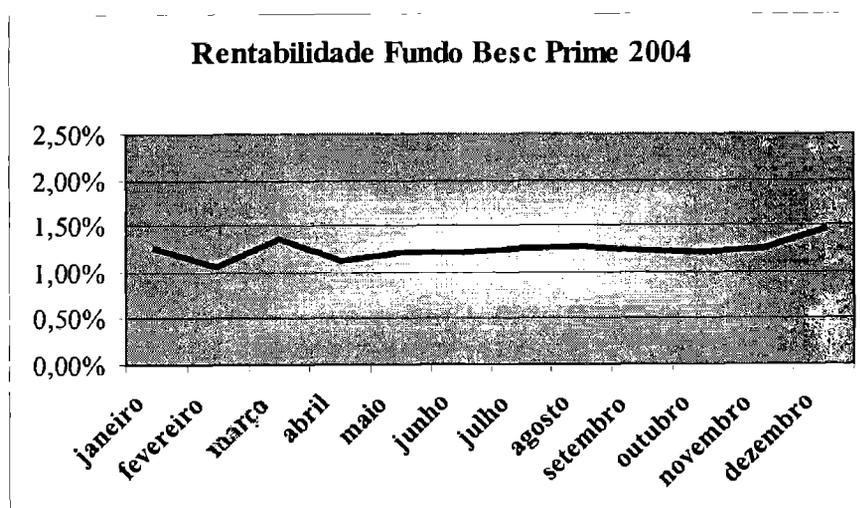


Gráfico 7: rentabilidade fundo besc Prime 2004
Fonte: Elaborado com dados primários

O ano de 2003, como mencionado no fundo anterior, teve ótimos resultados para os fundos de investimentos. Somente no final de 2003 que o fundo começou a apresentar rentabilidade mensal abaixo dos 1,5%, permanecendo, portanto, todo o ano de 2004 com sua rentabilidade entre 1,0 e 1,5%.

4.3.3 Fundo Besc Prático

Este fundo busca oportunidades no mercado de títulos privados que possuam um excelente risco-retorno do investimento. É caracterizado como um fundo de renda fixa de curto prazo, e tem como objetivo proporcionar a seus participantes uma rentabilidade superior ao CDI, utilizando para isto aplicações em títulos de renda fixa públicos e/ou privados.

A aplicação dos recursos deste fundo se dá em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, predominantemente de renda fixa, com gestão ativa de posições, atuando nos mercados de títulos públicos e privados e cotas de fundos de investimento. A maior parte da carteira deste fundo está aplicada em títulos privados cujo emissor esteja classificado na categoria de baixo risco de crédito ou equivalente, com a agência de certificação de risco localizada no país. Vale ressaltar que no mercado de títulos públicos utiliza-se de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, alterando a composição das características dos títulos que compõem sua carteira de acordo com a percepção de oportunidade de ganho em diferentes cenários.

O público que este fundo de investimento deseja atingir são as pessoas físicas ou jurídicas com grande capacidade de poupança, assim como nos fundos anteriores, que desejam aplicar seus recursos excedentes em investimentos que buscam superar o CDI e que tenham boa aceitação ao risco de crédito do fundo. Sendo este um fundo também classificado como de renda fixa e de curto prazo tem-se como principais características as seguintes:

- a) Aplicação inicial de R\$50.000,00;
- b) Saldo mínimo no fundo de R\$50,00;
- c) Valor mínimo para resgate de R\$50,00;
- d) Taxa de administração de 0,50% ao ano;
- e) Restituição do CPMF: não restitui o CPMF.

Este fundo de investimento teve suas atividades iniciadas em 03 de maio de 2004. A seguir é possível analisar o gráfico que representa a evolução do saldo deste fundo de investimento ao longo do ano de 2004, evidenciando assim sua utilização pelos clientes da agência em estudo.

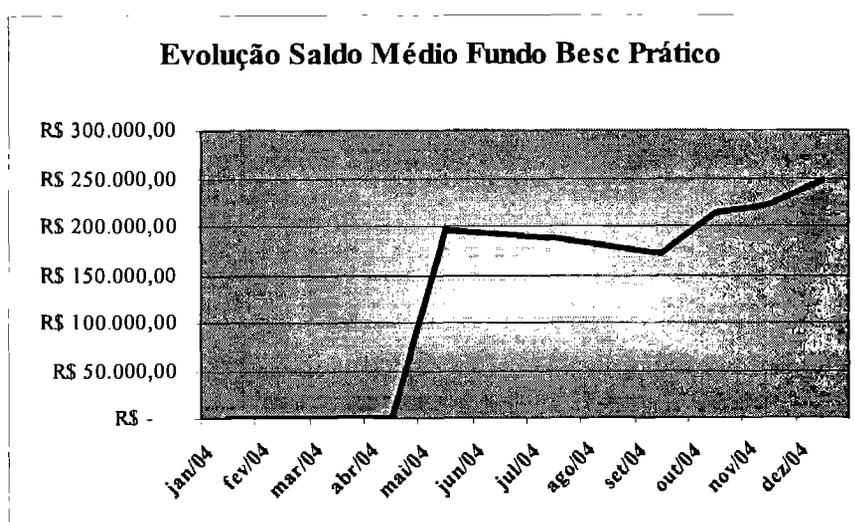


Gráfico 8: saldo fundo besc Prático 2004
Fonte: Elaborado com dados primários

Este fundo de investimento iniciou bem suas captações, logo em maio de 2004 já possuía aproximadamente R\$200.000,00 em aplicações, terminando o ano com R\$ 250.000,00 de saldo médio aplicado.

Em relação à rentabilidade que este fundo ofereceu aos clientes é possível analisá-la no gráfico a seguir, elaborado com a rentabilidade mensal deste fundo no decorrer do ano.

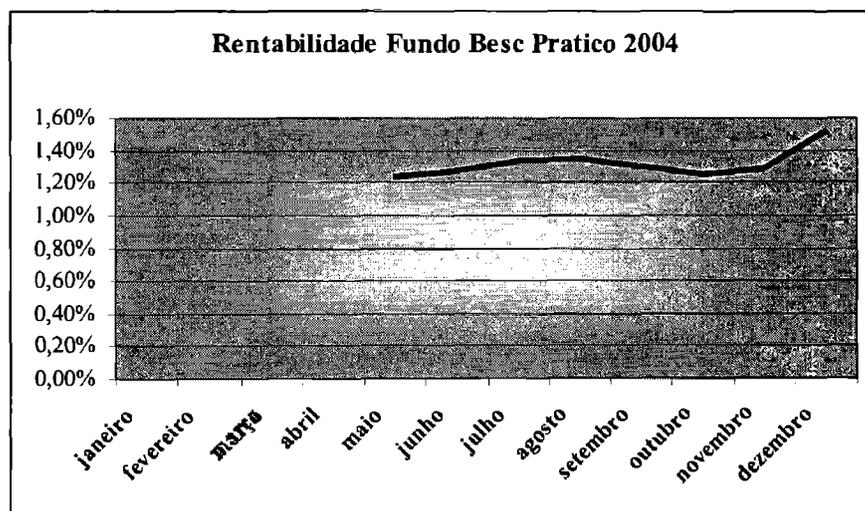


Gráfico 9: rentabilidade fundo besc prático 2004
Fonte: Elaborado com dados primários

Percebe-se pelo gráfico apresentado que a rentabilidade deste fundo oscilou entre 1,2 e 1,4% no decorrer do ano, apenas excedendo esta marca no mês de dezembro, onde alcançou a marca de 1,5% no mês.

4.3.4 Fundo Besc Fix

O fundo Besc Fix diferencia-se dos anteriores por ter seu objetivo voltado à aplicação dos recursos dos seus participantes em uma carteira composta integralmente de cotas de fundos de investimentos, com a finalidade de proporcionar-lhes rendimentos resultantes da administração criteriosa e racional desta carteira de investimento.

Este fundo é classificado como Multimercado, de acordo com a regulamentação vigente e têm sua política de investimento voltada para a aplicação dos recursos em fundos de investimentos disponíveis no mercado, que envolvem vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator especial ou em fatores diferentes das demais classes de fundos existentes. Este fundo deverá manter um mínimo de 95% do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimentos nas modalidades regulamentadas pela CVM; no

máximo 5% deste patrimônio líquido em títulos públicos federais, títulos de renda fixa de emissão de instituição financeira, operações compromissadas, de acordo com a regulação específica do CMN.

Como público alvo deste fundo de investimento estão as pessoas físicas e jurídicas que desejam aplicar seus recursos em investimento de renda fixa. As principais características encontradas neste fundo são:

- a) Aplicação inicial de R\$5.000,00;
- b) Saldo mínimo no fundo de R\$50,00;
- c) Valor mínimo para resgate de R\$50,00;
- d) Taxa de administração de 2,00% ao ano;
- e) Restituição do CPMF: é restituído em 120 dias.

A evolução do saldo dos valores aplicados neste fundo de investimento pode ser evidenciada pelos gráficos apresentados a seguir, ficando evidenciado o nível de utilização deste fundo pelos clientes da agência em estudo.

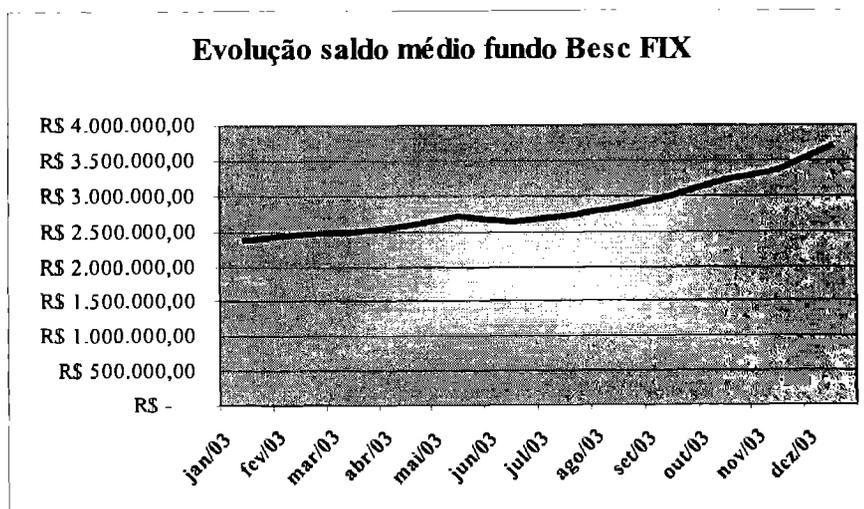


Gráfico 10: saldo fundo besc FIX 2003
Fonte: Elaborado com dados primários

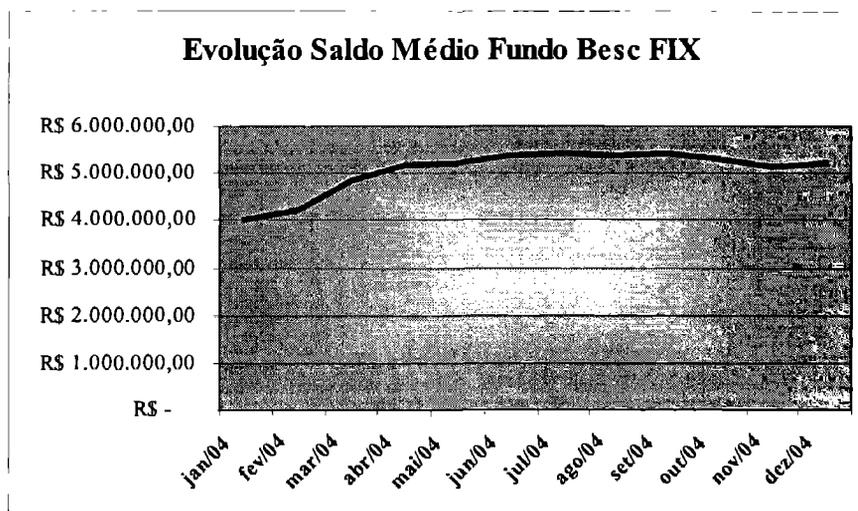


Gráfico 11: saldo fundo besc FIX 2004
Fonte: Elaborado com dados primários

Através dos gráficos apresentados é possível evidenciar o bom desempenho deste fundo de investimento. O saldo deste fundo, que representa a relação entre aplicações e resgates ocorridos durante os períodos, apresenta uma evolução significativa durante o período em estudo. O fundo começou o ano de 2003 com um saldo aproximado de 2,4 milhões de reais, virou o ano com um saldo de 3,8 milhões de reais aproximadamente, e chegou a marca dos 5,2 milhões de reais aproximadamente quando encerrou o ano de 2004. O saldo bem inferior ao apresentado pelo Fundo Besc Prime deve-se basicamente pela aplicação inicial de apenas R\$ 5.000,00.

A rentabilidade que este fundo obteve nos anos de 2003 e 2004 podem ser vistas nos gráficos a seguir. Os gráficos foram elaborados com as rentabilidades mensais deste fundo.

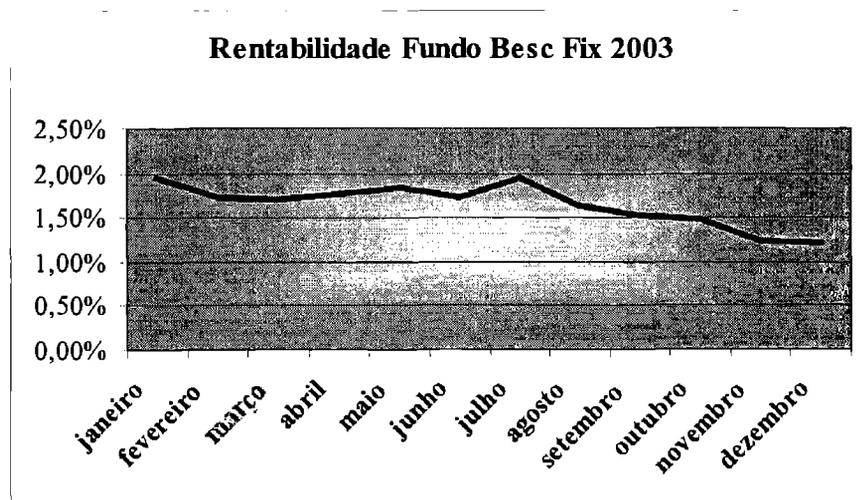


Gráfico 12: rentabilidade fundo besc FIX 2003
Fonte: Elaborado com dados primários

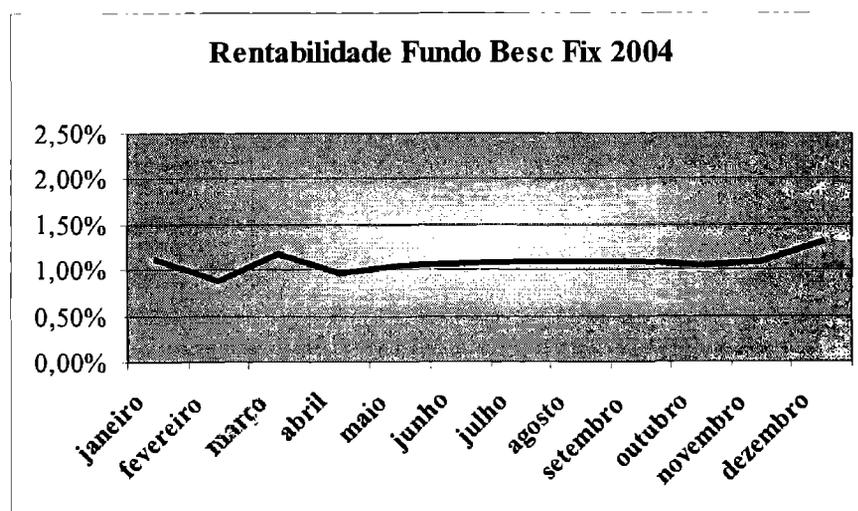


Gráfico 13: rentabilidade fundo besc FIX 2004
Fonte: Elaborado com dados primários

A maior parte dos meses de 2003, como é demonstrado pelo gráfico anterior teve sua rentabilidade oscilando entre 1,5 e 2,0% ao mês. Já em 2004 o fundo rendeu muito próximo dos 1,0% ao mês durante todo o ano.

4.3.5 Fundo Besc FBI

Este fundo é muito semelhante ao fundo Besc Fix, descrito anteriormente. Também tem sua carteira de investimento composta integralmente por cotas de fundos de investimentos, seguindo a mesma política de investimento do Besc Fix. Bem como o fundo anterior é classificado como um fundo multimercado. Este fundo serve para que a administração dos fundos Besc tenha uma opção de investimento em cotas distintas de fundos de investimento. O público alvo é o mesmo do fundo anterior, e as principais características deste fundo são:

- a) Aplicação inicial de R\$5.000,00;
- b) Saldo mínimo no fundo de R\$50,00;
- c) Valor mínimo para resgate de R\$50,00;
- d) Taxa de administração de 2,00% ao ano;
- e) Restituição do CPMF: é restituído em 120 dias.

Mostra-se a seguir os gráficos referentes à evolução do saldo médio deste fundo de investimento nos períodos de 2003 e 2004, evidenciando assim o nível de utilização deste fundo de investimento pelos clientes da agência Praça XV de Novembro.

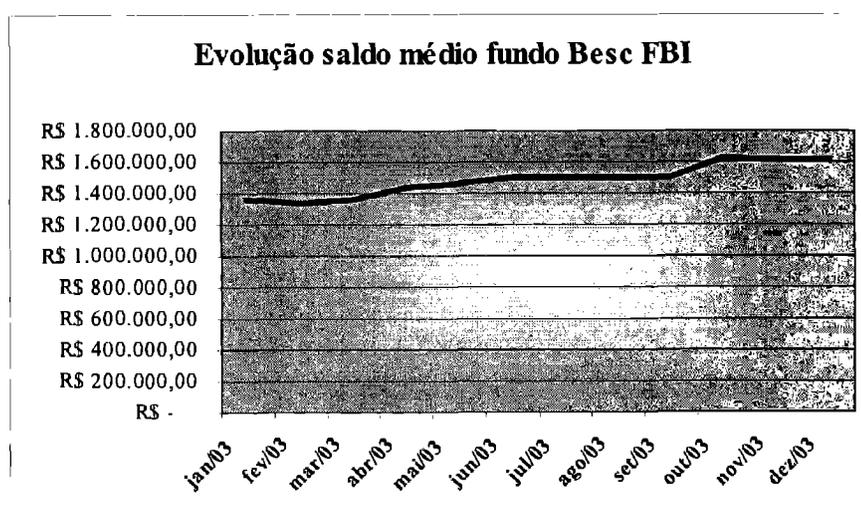


Gráfico 14: saldo fundo besc FBI 2003
Fonte: Elaborado com dados primários

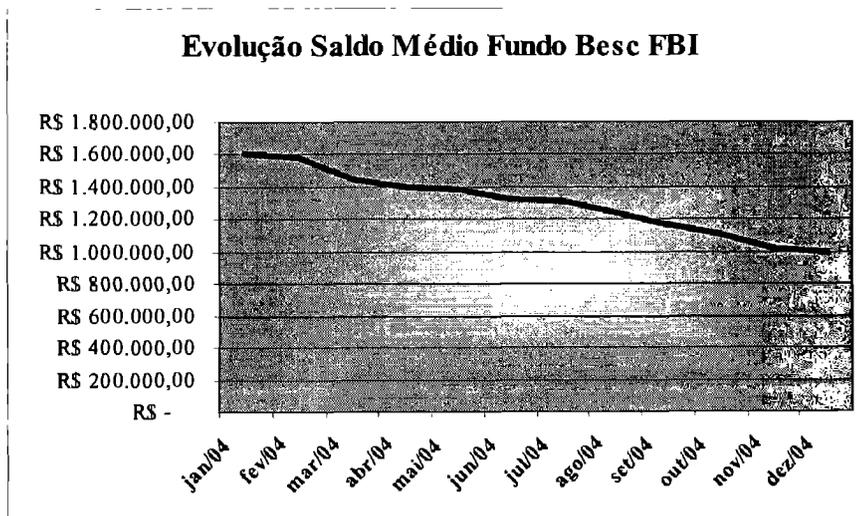


Gráfico 15: saldo fundo besc FBI 2004

Fonte: Elaborado com dados primários

Este fundo é também de grande procura pelos clientes Besc, e em 2003 teve um saldo médio constante no decorrer dos meses, apresentando uma variação aproximada de R\$210.000,00 reais durante todo o ano. No entanto em 2004 percebe-se uma queda significativa no saldo médio deste fundo. Iniciando o ano com um saldo de 1,6 milhão de reais, o fundo acabou o ano com um saldo em torno de um milhão de reais.

A rentabilidade que este fundo de investimento ofereceu aos clientes no período de 2003 e 2004 pode ser analisada nos gráficos a seguir. Assim como em todos os outros fundos é possível perceber a grande diferença da rentabilidade do ano de 2003 para o ano de 2004, como segue:

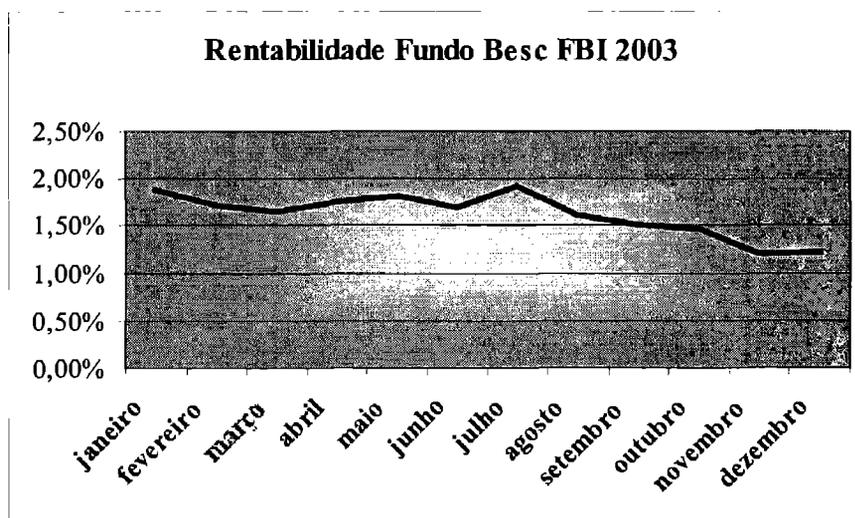


Gráfico 16: rentabilidade fundo besc FBI 2003
Fonte: Elaborado com dados primários

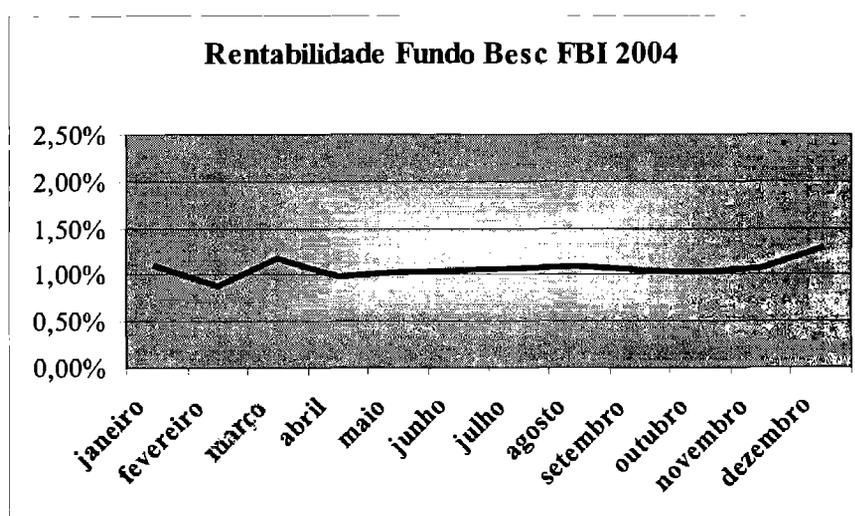


Gráfico 17: rentabilidade fundo besc FBI 2004
Fonte: Elaborado com dados primários

É possível perceber nos gráficos anteriores a boa performance deste fundo no ano de 2003, mas em 2004 sua rentabilidade ficou praticamente em 1,0% ao mês o ano inteiro.

4.3.6 Fundo Besc Capital

O objetivo deste fundo de investimento é muito semelhante ao dos fundos Besc Fix e Besc FBI, no entanto a carteira de investimento será composta integralmente de cotas de

fundos de investimentos Referenciados DI, utilizando para isso instrumentos predominantemente de renda fixa.

As aquisições de cotas dos fundos de investimentos financeiras são feitas apenas daqueles que mantenham, no mínimo, 95% de sua carteira composta por ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de forma a acompanhar as oscilações do CDI. Os outros 5% poderão ser aplicados em títulos públicos federais, títulos de renda fixa de emissão de instituição financeira, operações compromissadas, de acordo com regulação específica do CMN. O fundo tem a liberdade de aplicar até o limite de 100% de seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimentos do próprio administrador, gestor ou empresas a eles ligadas.

O fundo deseja atingir o público de correntistas do Besc pessoas físicas ou jurídicas com média capacidade de poupança, que desejam aplicar seus recursos em investimentos de renda fixa, em busca de rentabilidades que acompanhem as oscilações das taxas de juros praticadas no mercado interbancário, ou seja, o CDI. As principais características presentes neste fundo são:

- a) Aplicação inicial de R\$2.000,00;
- b) Saldo mínimo no fundo de R\$50,00;
- c) Valor mínimo para resgate de R\$50,00;
- d) Taxa de administração de 2,50% ao ano;
- e) Restituição do CPMF: é restituído em 60 dias.

A seguir têm-se os gráficos que representam a evolução deste fundo de investimento no período de 2003 e 2004. Com eles percebe-se toda a variação deste fundo no período em questão.

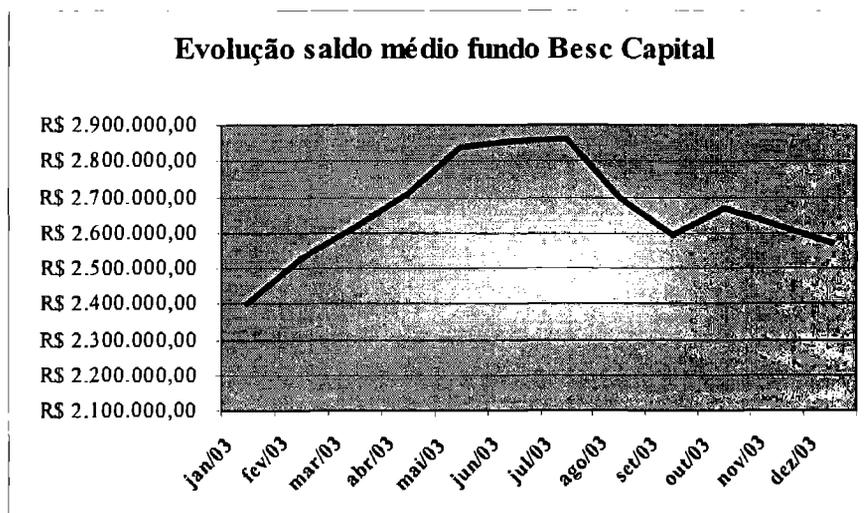


Gráfico 18: saldo fundo besc capital 2003
 Fonte: Elaborado com dados primários

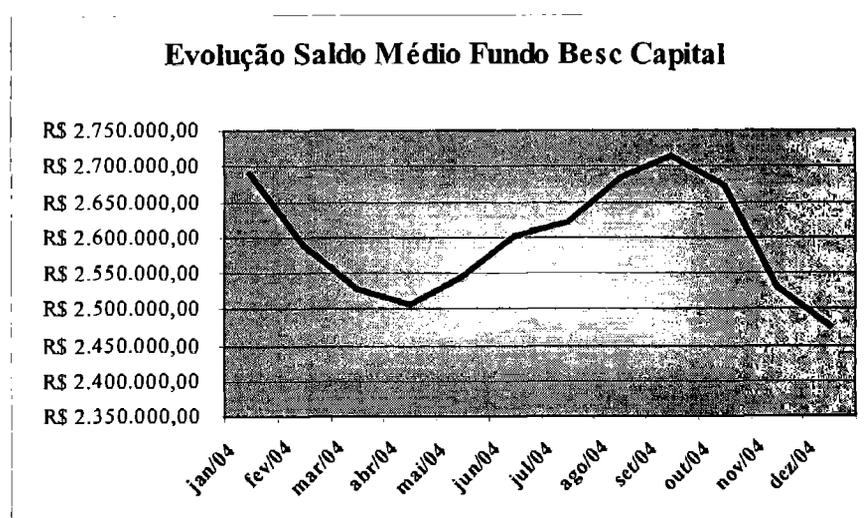


Gráfico 19: saldo fundo besc capital 2004
 Fonte: Elaborado com dados primários

Na apresentação dos gráficos deste fundo de investimento percebe-se uma variação, tanto positiva quanto negativa, mais freqüente e significativa frente ao patrimônio total do fundo. Iniciado com um saldo de 2,4 milhões de reais em 2003 o fundo terminou 2004 com menos que 2,5 milhões de reais, no entanto teve seu pico com 2,85 milhões em julho de 2003.

O desempenho da rentabilidade apresentado por este fundo de investimento nos anos de 2003 e 2004 pode ser visto nos gráficos a seguir, elaborados com os valores mensais de rentabilidade deste fundo.

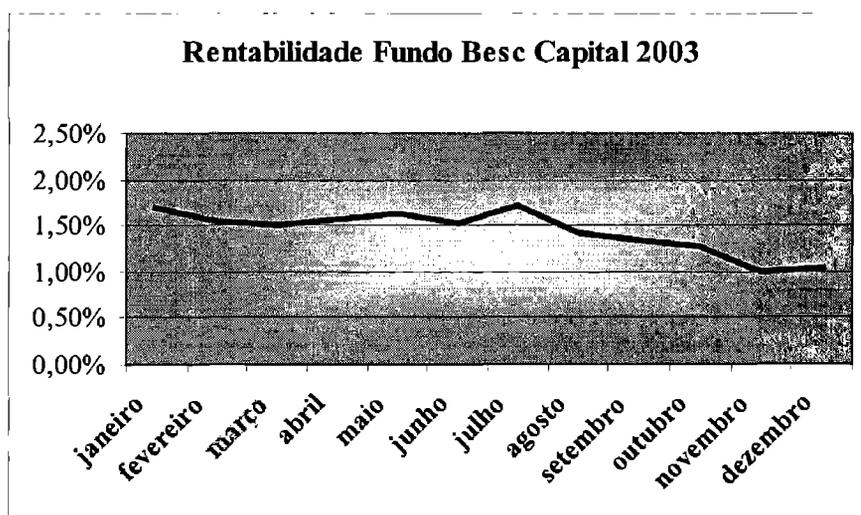


Gráfico 20: rentabilidade fundo besc capital 2003
Fonte: Elaborado com dados primários

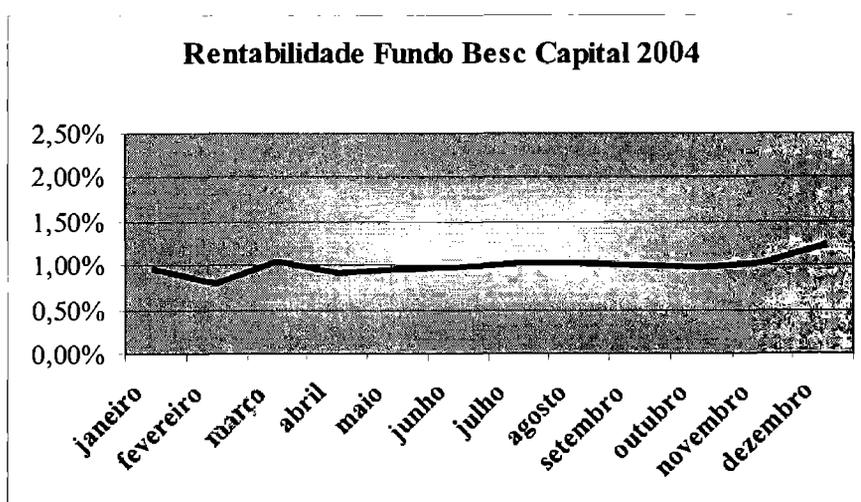


Gráfico 21: rentabilidade fundo besc capital 2004
Fonte: Elaborado com dados primários

Como é percebido no gráfico apresentado, no ano de 2003 o fundo teve sua rentabilidade abaixo de 1,5% já no mês de agosto, passando, então, a cair até chegar ao

patamar de 1,0%. A partir de 2004 a rentabilidade deste fundo teve o mesmo comportamento do fundo Besc FBI, oscilando muito próximo da marca de 1,0% ao mês.

4.3.7 Fundo Besc FLD

Este fundo de investimento tem por objetivo principal proporcionar a seus participantes rendimentos diários superiores a poupança, através da aplicação em títulos de renda fixa públicos e/ou privados pré e pós-fixados.

Como política de investimento este fundo utiliza-se também de instrumentos predominantemente de renda fixa, procurando manter sua carteira, isolada ou cumulativamente, composta por títulos públicos federais ou privados pré-fixados ou indexados à taxa SELIC ou a outra taxa de juros, ou títulos indexados a índices de preços, com prazo máximo a decorrer de 375 dias e realização de operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Quanto aos investimentos em títulos privados, deverão estes ter seu emissor classificado na categoria de baixo risco de crédito ou equivalente, com a devida certificação por agência de classificação de risco localizada no país.

Este fundo possui alguns atrativos aos investidores de baixo poder de poupança. Além de sua aplicação inicial ser um valor baixo este fundo possui aplicação e resgate automático e programado. A aplicação automática significa que o saldo remanescente na conta corrente do cliente é aplicado automaticamente no fundo sem precisar o cliente comandar esta operação. O resgate automático vem para facilitar a vida deste investidor, pois quando necessário o dinheiro na conta corrente o resgate também é feito de forma automática. Pode-se programar também a aplicação e o resgate para um determinado dia como o cliente preferir.

O público a ser alcançado por este fundo são aqueles investidores, pessoa física ou jurídica, que desejam aplicar seus recursos em investimentos de renda fixa, sem possuir um aporte de capital elevado para a aplicação inicial. Outras características inerentes à este fundo são:

- a) Aplicação inicial de R\$100,00;
- b) Saldo mínimo no fundo de R\$50,00;
- c) Valor mínimo para resgate de R\$50,00;
- d) Taxa de administração de 4,00% ao ano;
- e) Restituição do CPMF: é restituído em 120 dias.

O Fundo Besc FLD tem a evolução de seu saldo representado nos gráficos a seguir, mostrando com isso a evolução nos períodos dos anos 2003 e 2004, servindo para acompanhar o nível de utilização deste fundo de investimento pelos clientes da agência em estudo.

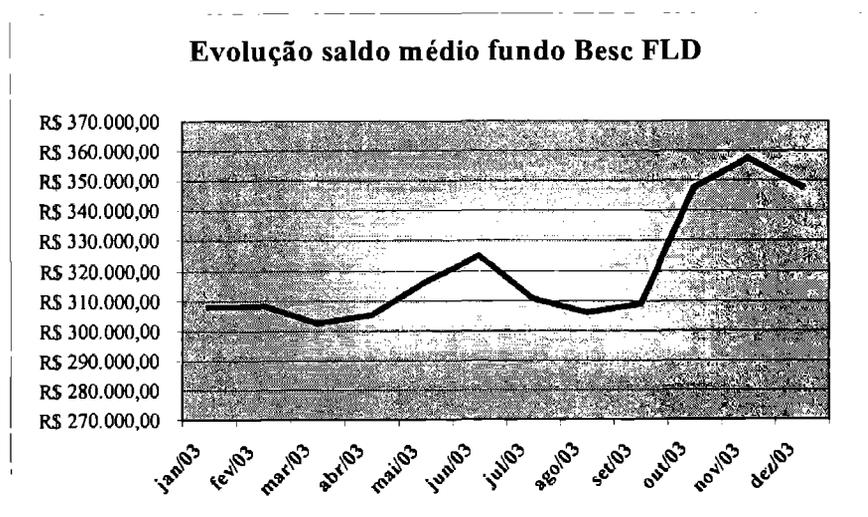


Gráfico 22: saldo fundo besc FLD 2003
Fonte: Elaborado com dados primários

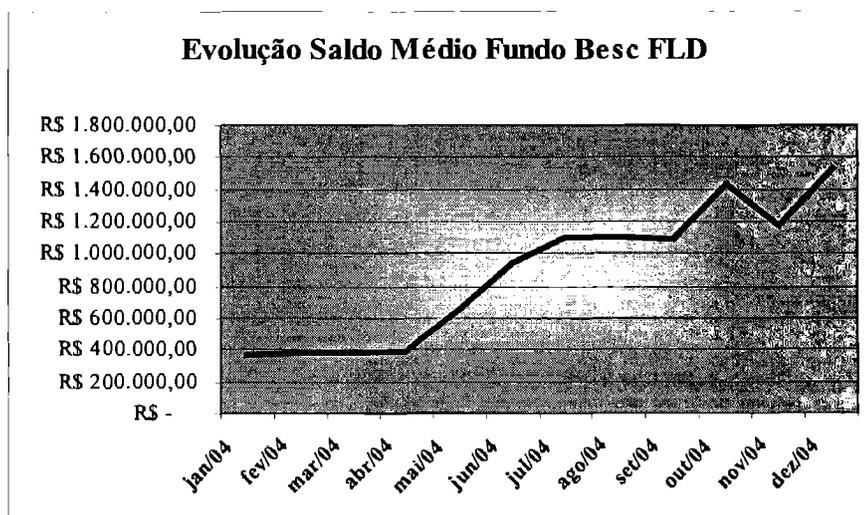


Gráfico 23: saldo fundo besc FLD 2004

Fonte: Elaborado com dados primários

Os gráficos demonstram claramente a grande ascensão deste fundo no ano de 2004. Este fundo tem uma aplicação inicial no valor de apenas R\$ 100,00 , possibilitando com isso que uma gama maior de clientes possam aplicar seus recursos. Em 2003 o fundo iniciou com R\$ 310.000,00 e terminou o ano com R\$ 350.000,00, sem sofrer com isso grande alteração em seu saldo. No entanto em 2004 passou de R\$400.000,00 para aproximadamente 1,5 milhão de reais. Vale ressaltar que foi neste ano que o banco fez uma campanha na mídia para a captação de recursos em fundos de investimentos, levando esse “produto” a um grande número de clientes.

Em relação à rentabilidade que este fundo de investimento ofereceu aos clientes no período de 2003 e 2004 é possível analisá-la nos gráficos a seguir.

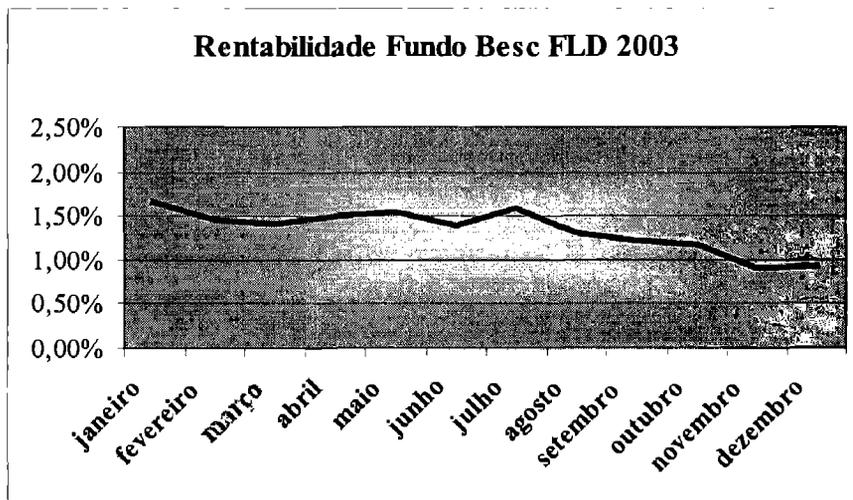


Gráfico 24: rentabilidade fundo besc FLD 2003
 Fonte: Elaborado com dados primários

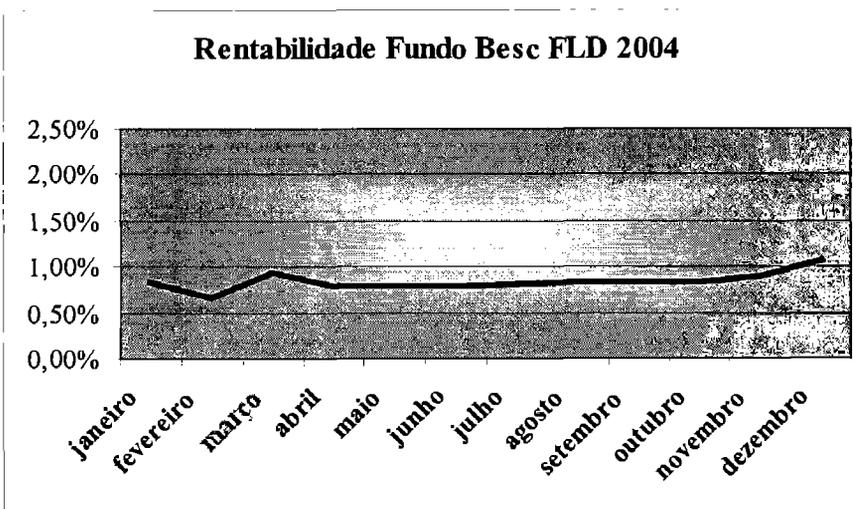


Gráfico 25: rentabilidade fundo besc FLD 2004
 Fonte: Elaborado com dados primários

Este fundo de investimento de renda fixa com a aplicação inicial de apenas R\$ 100,00 possuiu uma rentabilidade menor em relação aos outros fundos estudados até o momento. Em 2003 sua oscilação foi muito próxima dos 1,5%, mas em 2004 sua rentabilidade foi, com exceção do mês de dezembro, sempre inferior à marca de 1,0%.

4.3.8 Fundo Besc FBA

Este fundo de investimento é classificado como um fundo de ações. Tem por objetivo proporcionar a seus participantes a valorização de suas cotas, ou rendimento adequado, através da aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimentos em ações (FIA), buscando rentabilidade e liquidez diferenciada da renda fixa, visto que este é um fundo de renda variável. A rentabilidade deste fundo está diretamente atrelada ao desempenho da Bovespa.

A política de investimento deste fundo está em aplicar seus recursos em cotas de fundos de investimentos em ações, que busquem investir em ações de companhias que apresentem boa relação “risco x retorno”. Os fundos nos quais o Fundo Besc FBA aplicará seus recursos, deverão utilizar modelos de controle de risco e derivativos para construir portfólio que possa obter um retorno superior a média observada para fundos de investimentos em ações de mesma natureza. Quanto à composição de sua carteira o fundo apresenta 95%, no mínimo, dos seus recursos em cotas de fundos de investimentos em ações, e o restante podendo ser aplicado em cotas de fundos de renda fixa.

Este fundo é destinado às pessoas físicas e jurídicas com pequena e média capacidade de poupança, suficiente para aplicação individual e diversificada no mercado de ações. Aos investidores deste fundo espera-se também uma disposição para um fundo de renda variável, podendo este apresentar rentabilidade negativa. Algumas características deste fundo podem-se ver a seguir:

- a) Aplicação inicial de R\$100,00;
- b) Saldo mínimo no fundo de R\$50,00;
- c) Valor mínimo para resgate de R\$50,00;
- d) Taxa de administração de 3,00% ao ano;
- e) Restituição do CPMF: não ocorre restituição.

É possível ver no gráfico a seguir a evolução deste fundo de investimento nos períodos de 2003 e 2004. Tem-se com isso a utilização deste fundo pelos clientes da agência Praça XV de Novembro neste período em questão.

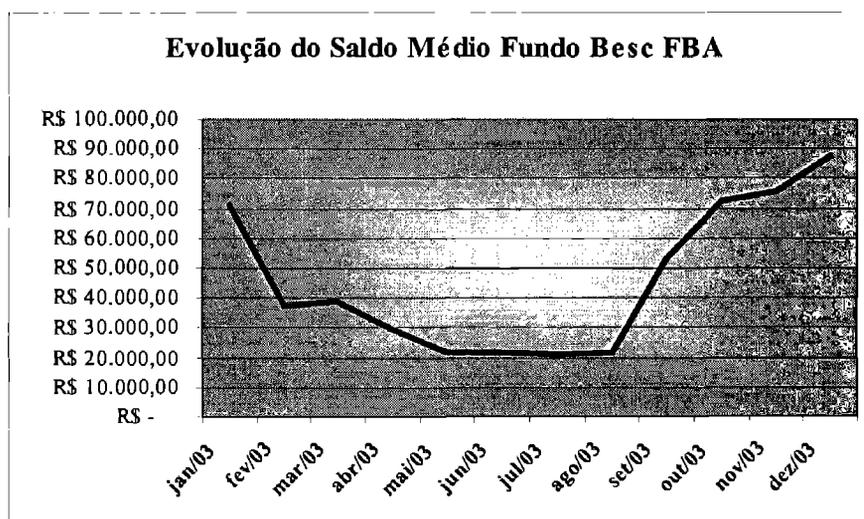


Gráfico 26: saldo fundo besc FBA 2003
Fonte: Elaborado com dados primários

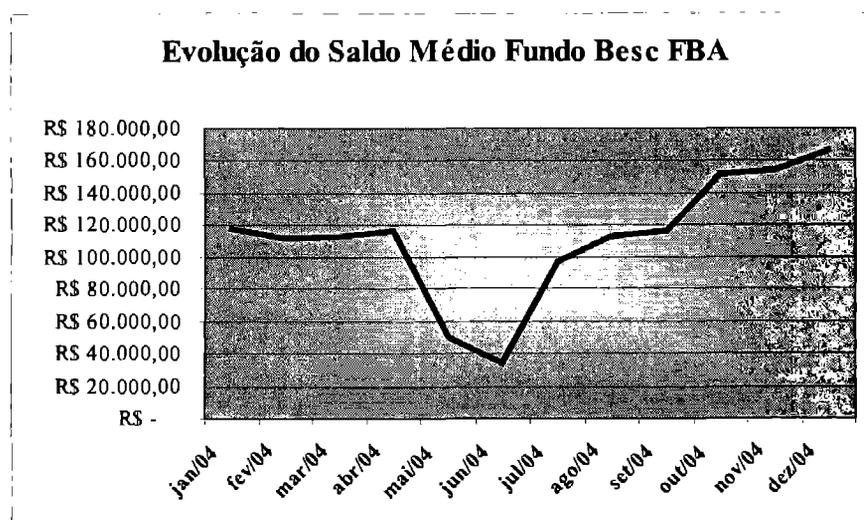


Gráfico 27: saldo fundo besc FBA 2004
Fonte: Elaborado com dados primários

Este fundo de investimento, como pode ser visto nos gráficos, não sofreu grande alteração no ano de 2003, no entanto em 2004 percebe-se uma grande variação no seu saldo, com uma queda significativa nos meses de maio e junho. Esta queda possui uma ligação com

a rentabilidade do fundo, que será detalhada adiante. Por ser um fundo de ações com rentabilidade variável, podendo esta ser negativa, tem a tendência de sofrer variações constantes em seu saldo aplicado.

Este fundo, por ser um fundo de investimentos em ações, e, portanto, de renda variável, possui uma oscilação muito maior em sua rentabilidade frente aos outros fundos anteriormente estudados. Em relação à rentabilidade que este fundo ofereceu aos clientes é possível analisá-la nos gráficos a seguir. Os gráficos trazem a rentabilidade dos anos de 2003 e 2004, elaborados com as rentabilidades mensais do fundo.

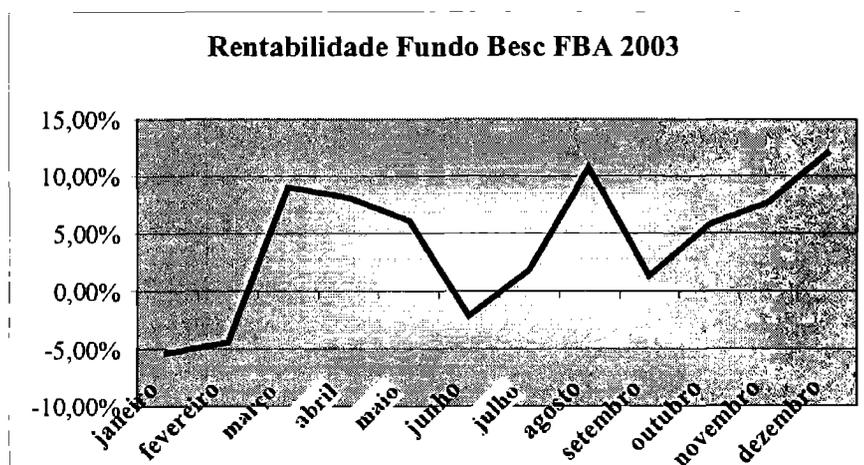


Gráfico 28: rentabilidade fundo besc FBA 2003

Fonte: Elaborado com dados primários

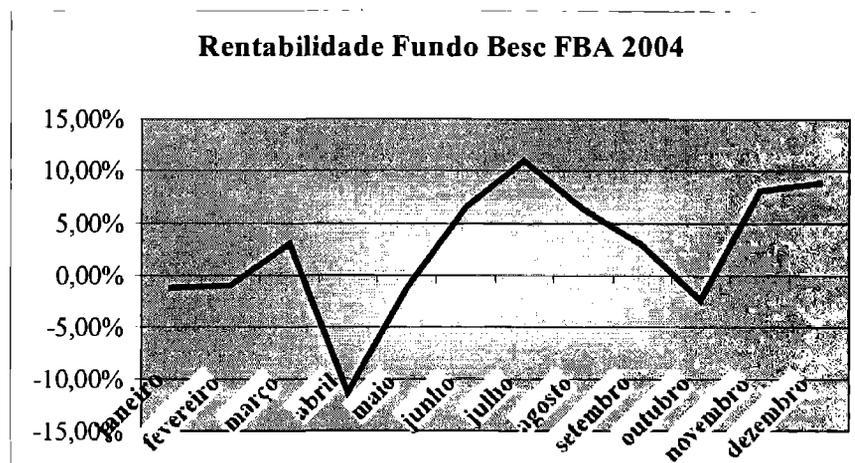


Gráfico 29: rentabilidade fundo besc FBA 2004
Fonte: Elaborado com dados primários

Os gráficos anteriores demonstram a rentabilidade deste fundo de investimento de renda variável, e nota-se, portanto, que em muitos meses a rentabilidade do fundo foi negativa. Essa grande variação na rentabilidade, onde em 2004 passou dos dez pontos percentuais negativos em abril e dos dez pontos percentuais positivo em julho, faz com que os investidores movimentem mais seu capital, ocorrendo também a grande variação do saldo médio deste fundo conforme mostrado nos gráficos 28 e 29.

A tributação para este fundo, diferente daquela dos fundos de renda fixa, será apresentada no item 4.4 deste trabalho.

4.3.9 Fundo Besc Mix FCL

Este fundo é muito semelhante ao Fundo Besc FBA. Toda sua política de investimento para a composição da carteira é igual ao fundo anterior, ficando o administrador com uma opção de fundo para diversificar as cotas de diferentes fundos de investimentos em ações. Quanto ao objetivo e o público alvo deste fundo são idênticos aos do fundo anterior. Por ser classificado como um fundo de ações este é um fundo de renda variável, e como tal, pode

sofrer variações positivas ou negativas para a sua rentabilidade. Como principais características o fundo apresenta:

- a) Aplicação inicial de R\$100,00;
- b) Saldo mínimo no fundo de R\$50,00;
- c) Valor mínimo para resgate de R\$50,00;
- d) Taxa de administração de 3,00% ao ano;
- e) Restituição do CPMF: não ocorre restituição.

Verifica-se a seguir os gráficos que representam a evolução do saldo deste fundo de investimento no decorrer dos anos de 2003 e 2004. Com isso tem-se a utilização deste fundo pelos clientes Besc, da agência Praça XV de Novembro em Florianópolis.

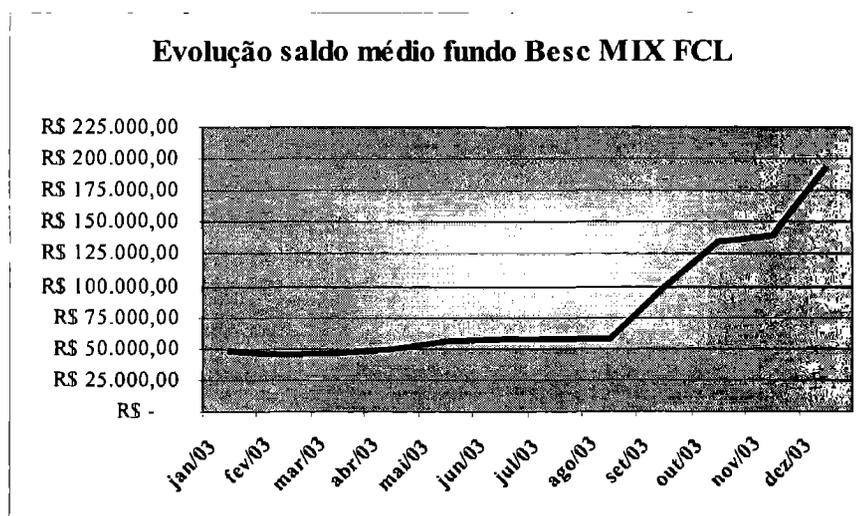


Gráfico 30: saldo fundo besc MIX FCL 2003

Fonte: Elaborado com dados primários

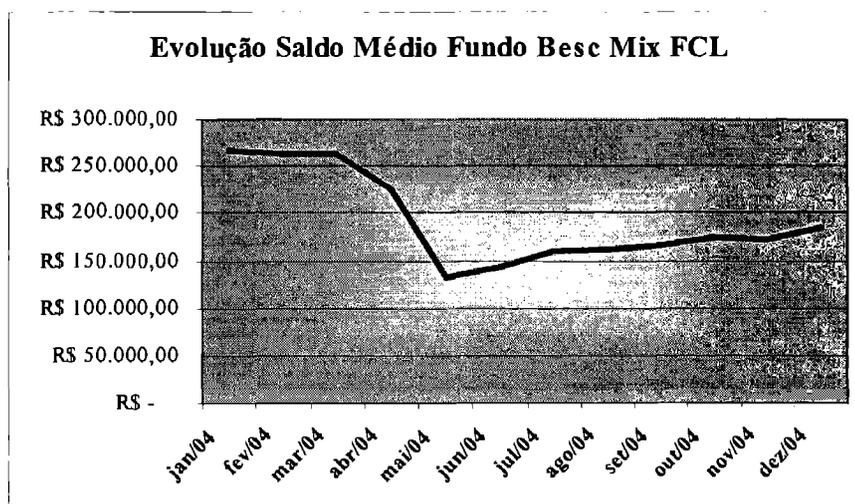


Gráfico 31: saldo fundo besc MIX FCL 2004
 Fonte: Elaborado com dados primários

Percebe-se pelos gráficos acima que até meados de 2003 o saldo deste fundo permaneceu praticamente constante, mas a partir de agosto deste mesmo ano houve uma grande procura por este fundo, que fechou o ano com aproximadamente R\$190.000,00 em aplicações. O ano de 2004 começou com um alto saldo em aplicações, mas caiu bastante até metade do ano, quando então começou a sair gradativamente.

Como visto este também é um fundo de renda variável, e o desempenho de sua rentabilidade nos anos de 2003 e 2004 pode ser observado nos gráficos a seguir. Para a estruturação dos gráficos foram utilizadas as rentabilidades mensais deste fundo.

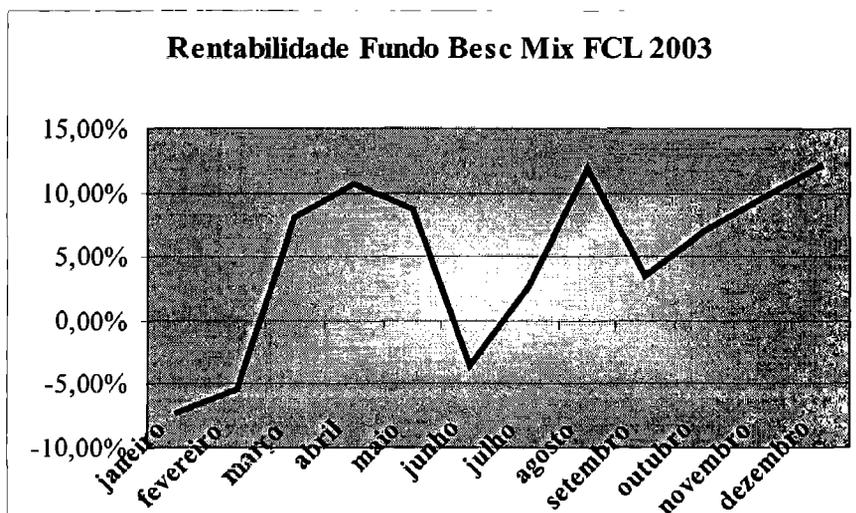


Gráfico 32: rentabilidade fundo besc MX FCL 2003
Fonte: Elaborado com dados primários

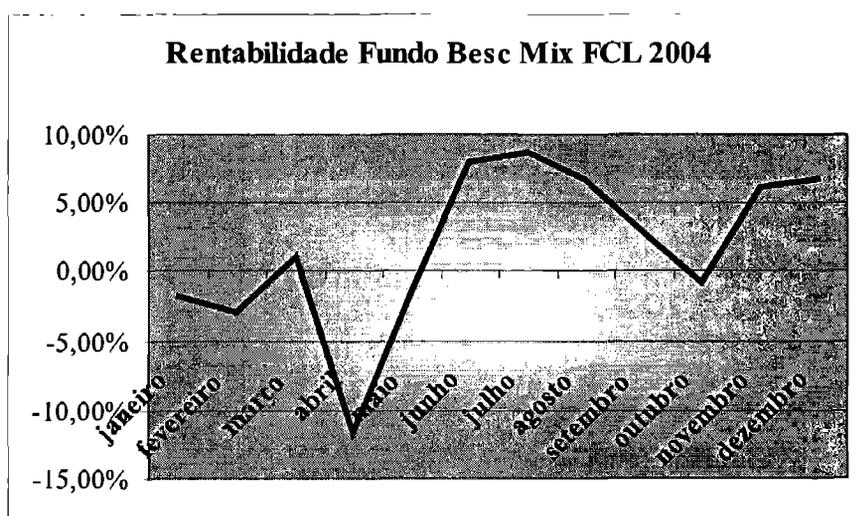


Gráfico 33: rentabilidade fundo besc MIX FCL 2004
Fonte: Elaborado com dados primários

O ano de 2003 foi também para os fundos de investimentos de renda variável um excelente ano. A rentabilidade de 2003 foi no ano todo 72,10%, portanto um ano ótimo para os investidores deste fundo. A rentabilidade de 2004 teve seus picos negativos, mas fechou o ano em 21,43%, uma boa rentabilidade mas longe daquela evidenciada em 2003.

Assim como no fundo de investimento anterior, a tributação para este fundo, diferente daquela dos fundos de renda fixa, será apresentada no item 4.4 deste trabalho.

4.3.10 Fundo Besc Dívida Pública – FAE

É um Fundo Conservador que proporciona rendimentos diários através de aplicações em renda fixa, atuando nos mercados de títulos públicos e privados, procurando manter sua carteira composta por 80%, no mínimo, isolada ou cumulativamente em títulos públicos federais ou títulos e valores mobiliários de renda fixa, cujo emissor esteja classificado na categoria baixo risco de crédito ou equivalente, com certificação por agência de classificação de risco localizada no país. Possui como característica não apresentar oscilações bruscas em suas rentabilidades, aplicando seus recursos, no mínimo 95%, em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de forma a acompanhar as oscilações do CDI. Este fundo de investimento é exclusivo para órgãos do governo Estadual, Municipal e autarquias. Como principais características deste fundo pode-se citar:

- a) Aplicação inicial de R\$100,00;
- b) Saldo mínimo no fundo de R\$50,00;
- c) Valor mínimo para resgate de R\$50,00;
- d) Taxa de administração de 6,00% ao ano;

Mostra-se a seguir os gráficos referentes à evolução do saldo médio deste fundo de investimento nos períodos de 2003 e 2004, possibilitando a identificação das aplicações e resgates no uso deste fundo de investimento pelos usuários da agência em estudo.

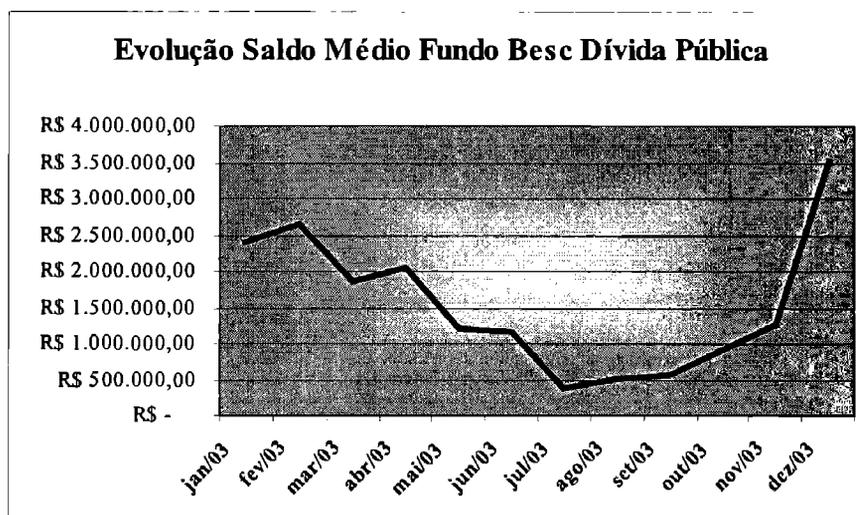


Gráfico 34: saldo fundo besc dívida pública 2003
 Fonte: Elaborado com dados primários

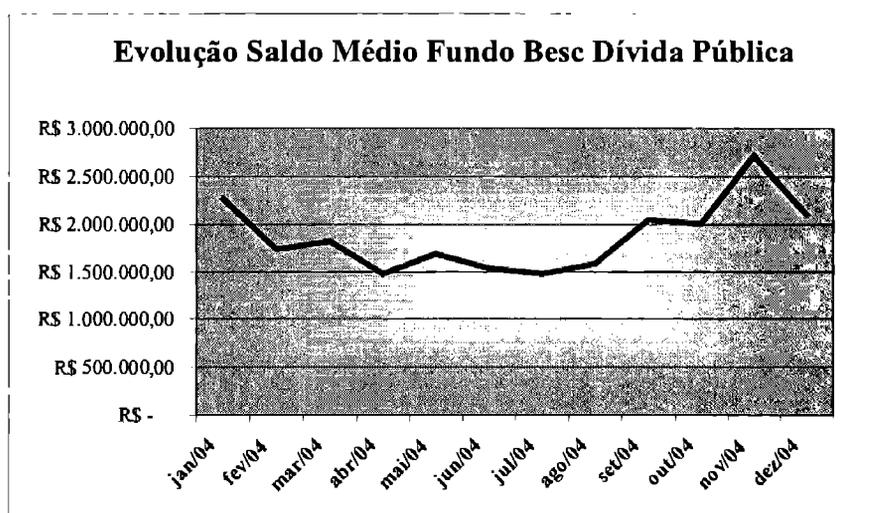


Gráfico 35: saldo fundo besc dívida pública 2004
 Fonte: Elaborado com dados primários

É possível identificar uma grande variação no saldo deste fundo de investimento no decorrer do ano de 2003. O fundo começou o ano com 2,4 milhões de reais aplicados e terminou com 3,5 milhões de reais, no entanto na metade do ano estava com menos de R\$500.000,00 em aplicações. O ano de 2004 também permaneceu com variações em seu saldo, mas não tão bruscas como as de 2003.

Quanto a rentabilidade que este fundo proporcionou aos clientes é possível analisá-la nos gráficos a seguir. Os gráficos trazem a rentabilidade dos anos de 2003 e 2004, elaborados com as rentabilidades mensais do fundo.

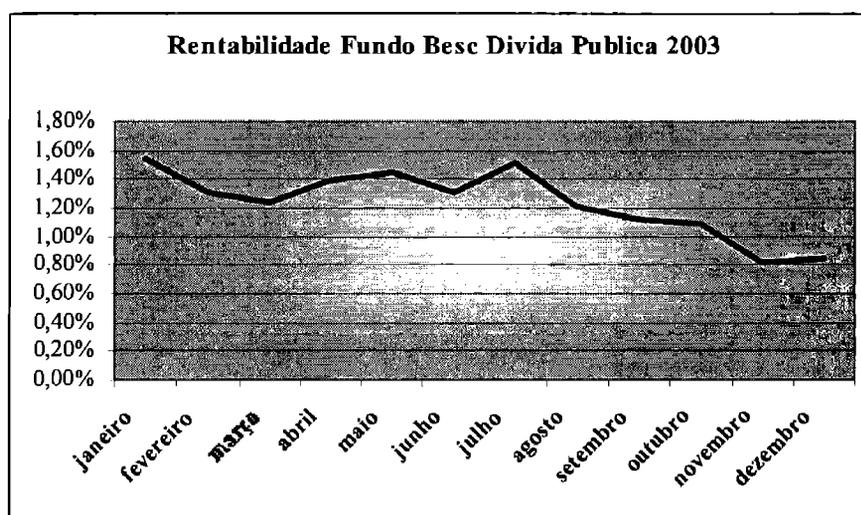


Gráfico 36: rentabilidade Fundo Besc Divida Publica 2003
Fonte: Elaborado com dados primários

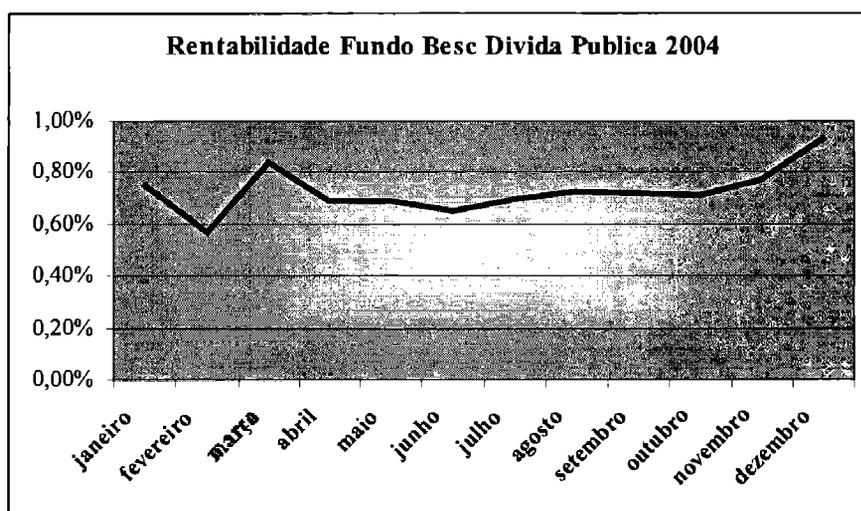


Gráfico 37: rentabilidade Fundo Besc Divida Publica 2004
Fonte: Elaborado com dados primários

Os gráficos anteriores demonstram que em 2003 o fundo oscilou sua rentabilidade entre 1,2 e 1,6% até metade do ano, quando começou a cair, fechando o ano com uma rentabilidade de 0,8%. Em 2004 o fundo não superou a casa do 1% de rentabilidade ao mês.

4.4 TRIBUTAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS

A tributação sobre as aplicações financeiras é fator decisivo para o investidor discernir sobre a aplicação entre os diversos fundos de investimentos oferecidos pelo mercado. Recentemente, mais precisamente em 2004, houve mudanças nas leis que regulamentam as tributações sobre os rendimentos das aplicações financeiras. Essas mudanças vieram privilegiar as aplicações de longo prazo, estimulando os investidores para aplicações desse tipo.

Os fundos de investimentos do Besc, com exceção dos dois fundos de ações, seguem a mesma regra de tributação. Como o Besc possui fundos apenas de curto prazo o imposto de renda é cobrado no percentual de 22,5% para aplicações até 180 dias, e 20% para aplicações a partir de 180 dias. O imposto de renda é tributado sobre o rendimento da aplicação e ocorre nos meses de maio e novembro de cada ano ou no resgate da aplicação.

Em relação ao imposto sobre operações financeiras (IOF) será incidido sobre o rendimento até o 29º dia da aplicação. A alíquota do IOF é regressiva e varia de 96% sobre o rendimento de um dia de aplicação até 3% no 29º dia. A partir do 30º dia, então, a aplicação estará isenta de IOF.

Quanto ao CPMF da aplicação ocorrerá quando houver a saída do dinheiro da conta corrente, ou seja, no mesmo dia da aplicação.

A tributação descrita acima servirá para os fundos do Besc com exceção dos dois fundos de ações como mencionado anteriormente. Para os fundos Besc FBA e Besc Mix FCL a tributação de imposto de renda será de 15% sobre o rendimento nominal, cobrado sempre no resgate da operação. Em relação ao IOF neste tipo de fundo não ocorre a cobrança. E o CPMF assim como nos outros fundos é cobrado na saída do dinheiro da conta corrente, sendo, portanto, no mesmo dia da aplicação.

4.5 PERFIL DOS CLIENTES

O nível de utilização de cada fundo de investimento oferecido pelo Banco do Estado de Santa Catarina foi observado anteriormente através de gráficos e explicações, no entanto vale ressaltar a importância do perfil destes investidores. Através de documentos internos do banco em estudo é possível identificar a diferença do perfil dos clientes pelo tipo de fundo em que investem. O investidor pode ser caracterizado por investir em fundos de ações ou fundos de renda fixa.

Os investidores que aplicam seu capital excedente em fundos de ações possuem em média uma renda superior a R\$3500,00 mensais. Destes investidores a imensa maioria já é casado, e a maior parte é do sexo masculino. Como os fundos de ações envolvem um risco maior que os fundos de renda fixa, por ser um fundo de renda variável, é visível a predominância de investidores que já estão com sua vida financeira definida e estabilizada. Para estes clientes o valor aplicado é um excedente de capital que não será preciso o resgate a curto prazo, visto a tranquilidade financeira que estes investidores possuem, logo eles almejam uma boa rentabilidade no longo prazo do investimento.

Nos fundos de investimentos de renda fixa é evidenciada uma grande participação de pessoas jurídicas como investidores. Aos investidores pessoas física fica caracterizada uma

predominância de pessoas casadas, assim como encontrado nos fundos de ações. Em relação ao sexo existe uma equivalência entre investidores do sexo masculino e do sexo feminino para estas aplicações. A diferença está na renda média mensal destes investidores, que podem ser divididos em dois grupos. O primeiro grupo são as pessoas que investem em fundos de renda fixa que necessitam de aplicação inicial igual ou superior a R\$25.000,00. E o segundo grupo é composto pelos investidores de fundo com aplicação inicial inferior a R\$ 25.000,00. O primeiro grupo possui uma renda média mensal informada ao banco no valor de R\$3.500,00, enquanto que para o segundo grupo a renda média fica abaixo deste valor.

4.6 IMPORTÂNCIA DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS PARA O BESC

A captação de capital consiste na atividade das instituições financeiras para obter recursos para aplicação a curto, médio e/ou longo prazos. Um exemplo de captação é quando um investidor aplica determinada quantia num fundo de investimento. Esse investimento do ponto de vista da instituição na qual a aplicação foi feita, é considerada uma quantia "captada".

Como os recursos aplicados em um Fundo de Investimento só podem ser utilizados pela administradora do Fundo para compra de ativos para a carteira do mesmo, o único ganho do administrador é a taxa de administração e/ou performance.

Existem Instituições que mantêm suas corretoras de valores, através das quais realizam as operações de compra de ativos. Essas Instituições ganham, além das taxas de administração e performance, as taxas de corretagens das operações de compra e venda dos papéis. Ainda é possível uma Instituição Financeira alocar na carteira dos Fundos de Investimento a qual administra, CDB's, LC's, Debêntures ou outros ativos da própria Instituição Financeira, com a finalidade de fazer caixa para colocar em linhas de crédito.

No caso específico do Besc, o único ganho da Instituição é com a receita de Taxa de Administração, haja vista não possuir corretora própria e não colocar na carteira dos Fundos que administra seus próprios ativos. Ressalta-se que o cálculo da receita com taxa de administração é feito sobre o patrimônio líquido diário do fundo.

Portanto, a captação em fundos de investimentos torna-se importante pois quanto maior o Patrimônio, maior será a receita do Banco, haja vista que as despesas do administrador não se alteram, independentemente do volume do patrimônio.

Outros fatores importantes a serem considerados para captação são a manutenção do aplicador como cliente, inclusive migrando recursos aplicados em outras instituições para o Besc; e o fato de que quanto maior o patrimônio dos fundos, maior é a segurança do aplicador em alocar seus recursos neste banco.

4.7 A CADERNETA DE POUPANÇA

Enquanto que os fundos de investimentos podem ser divididos em poucos grupos para saber o perfil do investidor, a poupança não possui um perfil sócio econômico definido de seus poupadores. A conta poupança é utilizada por todos os tipos de clientes, não importando a renda média, sexo, ou outro atributo qualquer.

A agência Praça XV de Novembro do Banco do Estado de Santa Catarina, objeto do estudo, possui atualmente 2240 contas de poupança ativas sendo utilizadas. Destas contas obtêm-se um montante de R\$13.744.920,00 aplicados. Feita uma média aritmética simples percebe-se que a média do valor aplicado neste tipo de conta pelo cliente é de R\$ 6.136,00.

Os motivos que levam um cliente a aplicar seu capital excedente em uma conta de poupança em contra posição à aplicação em fundos de investimentos podem ser dos mais variados. No entanto os principais motivos identificados pelos gerentes e funcionários do

banco em estudo são o medo de correr risco, a falta de informação sobre os riscos e funcionamento dos fundos, e a necessidade do cliente em retirar o dinheiro no curto prazo. Mesmo com uma rentabilidade menor que a dos fundos de investimentos o cliente refere aplicar em conta poupança pela solidez e segurança com que é vista no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É visível, conforme observamos nos capítulos anteriores, o desenvolvimento pelo qual o mercado financeiro brasileiro vem passando, nestes últimos anos. Existe dificuldade das pessoas de classe social baixa e média em poupar recursos financeiros, no entanto, quando existe esta possibilidade de capital excedente os investidores cercam-se de todos os cuidados e precauções em relação às aplicações, visto a imensa dificuldade em consegui-lo. A caderneta de poupança, com sua imagem de solidez e confiabilidade, tornou-se um produto comum aos investidores de baixo capital para aplicações. A evolução, das facilidades, dos fundos de investimentos não foi percebida por pessoas de baixa e média renda.

Os bancos oferecem diversas opções de investimentos à seus clientes, no entanto, todas estas opções não ficam bem claras a todos estes clientes. As definições e regras destes fundos de investimentos oferecidos pelos bancos geralmente são apresentadas somente via *site* na rede mundial de computadores, e como muitos clientes ainda não tem acesso a este serviço, ficam de fora deste mercado de investimentos. A oferta destes fundos aos clientes ainda é pouco trabalhada. O trabalho de marketing com estes fundos de investimentos não é feito de forma ampla, ficando restrito muitas vezes ao ambiente de internet.

O Banco do Estado de Santa Catarina, assim como a maior parte dos bancos no mercado financeiro, oferece aos clientes opções de fundos de investimentos, que em sua maioria são mais rentáveis que a caderneta de poupança. Neste trabalho foi possível identificar as diferenças e peculiaridades de cada fundo, onde a diferenciação destes fundos foi feita através da conceituação e característica, comentada anteriormente neste trabalho. De forma ampla, os dois tipos de fundos que o Besc trabalha são os fundos de renda fixa de curto prazo e os fundos de ações, que são os de renda variável. Dentro destas duas opções o banco oferece aos cliente-investidores dez opções de fundos para investimento.

Quanto ao perfil sócio econômico dos investidores dos diferentes fundos de investimentos, não foi possível identificar e alocar numa classificação proposta pelo IBGE ou outra instituição. Para a classificação dos níveis sócio econômicos seria necessária uma gama de informações muito maior sobre a amostragem de clientes de cada fundo de investimentos, no entanto esta pesquisa direta com o cliente para a captação de informações foi inviável. Mesmo sem uma pesquisa direta com os investidores, o banco possui um cadastro de cada um deles com algumas informações pertinentes ao estudo, tornando possível a identificação de algumas características destes investidores. Como apresentado no trabalho, a renda média destes investidores, o sexo e o estado civil foram de possível captação e divulgação. Concluiu-se no presente trabalho que os investidores em fundos de renda variável são em sua maioria homens casados e com renda média pouco superior aos R\$3.500,00 mensais, portanto são pessoas que já possuem uma estabilidade financeira e deixam seus recursos excedentes nestes fundos para obter uma boa rentabilidade no longo prazo. Em relação aos clientes investidores de fundos de renda fixa, estes estão divididos igualmente entre homens e mulheres, na maioria casados. Quanto à renda média destes investidores foi identificada que é de R\$3.500,00 para os fundos de aplicação inicial superior à R\$25.000,00 e uma renda média mensal pouco inferior para os fundos de aplicação inicial inferior ao valor anterior. Nestes fundos de aplicação inicial de baixo valor tem-se aplicadores de baixa renda, no entanto também possui pessoas com renda superior aos R\$3.500,00, elevando a renda média dos aplicadores destes fundos. Nos fundos de renda fixa é encontrada uma grande participação de pessoas jurídicas, ou seja, empresas que aplicam seu capital excedente para auferir ganhos financeiros.

O valor médio aplicado em conta poupança na agência Praça XV de Novembro, R\$6.136,00, é um valor alto para esse tipo de aplicação cuja rentabilidade é uma das menores existentes em todo o mercado. Existem, como visto no decorrer do trabalho, fundos de

investimentos com aplicação inicial num valor baixo, possibilitando a entrada de muitos clientes que hoje aplicam apenas na velha caderneta de poupança. Grande parte dos clientes que possuem recursos aplicados na caderneta de poupança migraria estes recursos para fundos de investimentos caso soubessem o funcionamento destes fundos, bem como o grau de risco que os fundos podem trazer ao valor aplicado.

A importância, para o Besc, de manter fundos de investimentos em seus serviços está no fato do banco gerar receita com as taxas de administração cobradas nestes fundos de investimentos, aumentando o ativo de seu patrimônio. É importante ressaltar que todo o montante gerado pelas aplicações dos investidores deve ser usado apenas para comprar ativos do próprio fundo de investimento. Outro fato de grande valor para o banco é a manutenção de seus clientes, visto que um bom serviço na área de fundos de investimentos faz com que o cliente mantenha um laço mais estreito com o banco e pode fazer com que esse cliente traga recursos aplicados em outras instituições para o Besc, buscando uma melhor rentabilidade e melhores serviços. Na atual conjuntura econômica um banco que não mantém em seus serviços os fundos de investimentos corre o risco de perder muitos clientes, pois somente a caderneta de poupança não é suficiente para os interesses dos atuais clientes, que buscam maximizar a rentabilidade de seu capital excedente.

Os fundos de investimentos podem trazer uma receita significativa para o banco através das taxas de administração cobradas. Em 2004 as receitas geradas somente pelas taxas de administração somam um montante de R\$18.506.235,66. Portanto é preciso que cada vez mais os clientes do Besc passem a ser investidores dos fundos de investimentos oferecidos por esta instituição. Além de o banco estar ganhando muito dinheiro com este tipo de serviço os próprios clientes também ganham através das rentabilidades oferecidas por estes fundos de investimentos. No final de 2004 o banco lançou uma campanha de marketing para aumentar sua captação com os fundos de investimentos. Nesta campanha o Besc investiu quase R\$

500.000,00 para alcançar seus clientes através da mídia em televisão, rádio, jornal, busdoor e outras mídias alternativas. No entanto esta mídia de massa passa aspectos bem superficiais dos fundos de investimentos, sem passar ao cliente o funcionamento de um fundo. É preciso agir através dos gerentes e funcionários de bancos, fazendo com estes “vendam” os serviços de fundos de investimentos para os clientes. É preciso explicar a cada cliente o funcionamento destes fundos, seja através de correspondências ou mesmo a conversa com estes.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. *Finanças Corporativas e Valor*. São Paulo: Atlas, 2003
- ASSAF NETO, Alexandre. *Mercado Financeiro*. 5 ed. São Paulo:Atlas, 2003
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTOS. *Fundos de Investimentos: classificação*. Disponível em <www.anbid.com.br> acesso em 20 de abril de 2005
- BULGARELLI, Waldirio. *Títulos de Crédito*. 12 ed atu. São Paulo: Atlas, 1996
- CAVALCANTI, Francisco, MISUMI, Jorge Yoshio. *Mercado de Capitais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002
- CERVO, A. L., BERVIAN, P. A. *Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários*. 3 ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 1983
- FLOR, Fernando Porto. *Análise dos fundos de investimentos do Banco do Brasil S.A. em 2002*. Trabalho de conclusão de curso (graduação em administração). Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003
- FORTUNA, Eduardo. *Mercado Financeiro: produtos e serviços*. 15 ed. rev. e atu. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002
- HILLBRECHT, Ronald. *Economia Monetária*. São Paulo: Atlas, 1999
- LAKATOS, E. A., MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1986
- LISBOA, Lázaro Plácido. *Manual de contabilidade dos fundos de investimentos*. São Paulo: FIECAFI, 1998

LOPES, João do Carmo, ROSSETTI, José Paschoal. *Economia Monetária*. 7 ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 1998

MATTAR, Fauze Najib. *Pesquisa de Marketing*. Vol 1. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999

ROCHA, Tatiana Nogueira da. *Fundos de investimentos e o papel do administrador*. São Paulo: Textonovo, 2003

RUDGE, Luiz Fernando, CAVALCANTE, F. *Mercado de Capitais*. 3 ed. Belo Horizonte: CNBV, 1996

SANTOS, José Evaristo dos. *Mercado Financeiro Brasileiro*. São Paulo: Atlas, 1999

SANTOS, Marcela Collares dos. *Investimentos no mercado financeiro: um estudo de caso do Unibanco S.A.* Trabalho de conclusão de curso (graduação em administração). Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004

SANVICENTE, Antônio Zoratto. *Administração Financeira*. 3ed. São Paulo: Atlas, 1997

STANFORD, Jon D. *Moeda, bancos e atividade econômica*. São Paulo: Atlas, 1981